



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

DIONE OLIVEIRA DE SOUZA LIRA

**O PAPEL DO(A) PEDAGOGO(A) EM CASAS DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DO ASSISTENCIALISMO
AO DIREITO À EDUCAÇÃO**

João Pessoa - PB
2018

DIONE OLIVEIRA DE SOUZA LIRA

**O PAPEL DO(A) PEDAGOGO(A) EM CASAS DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DO ASSISTENCIALISMO
AO DIREITO À EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para o título de Pedagoga, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus I de João Pessoa sob orientação do Prof. Dr. Leonardo Rolim de Lima Severo.

João Pessoa - PB
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L768p Lira, Dione Oliveira de Souza.

O PAPEL DO(A) PEDAGOGO(A) EM CASAS DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DO
ASSISTENCIALISMO AO DIREITO À EDUCAÇÃO / Dione Oliveira
de Souza Lira. - João Pessoa, 2018.
77f.

Orientação: Leonardo Rolim de Lima Severo.
Monografia (Graduação) - UFPB/Educação.

1. Direito a educação. 2. Acolhimento Institucional. 3.
Atuação do pedagogo. I. Severo, Leonardo Rolim de Lima.
II. Título.

UFPB/BC

DIONE OLIVEIRA DE SOUZA LIRA

**O PAPEL DO(A) PEDAGOGO(A) EM CASAS DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DO ASSISTENCIALISMO
AO DIREITO À EDUCAÇÃO**

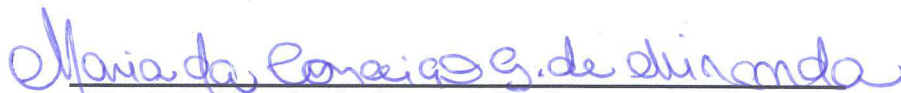
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para o título de Pedagoga, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus I de João Pessoa com nota 9.5.

Aprovado em: 05 / 11 / 2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Leonardo Rolim de Lima Severo
UFPB/ DHP /CE
(Orientador)



Profª Drª Maria da Conceição Gomes de Miranda
UFPB/DME/CE
(Banca Examinadora)



Profª Drª. Maíra Lewtchuk Espindola
UFPB/ DHP /CE
(Banca Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Ao meu Senhor bendito, o amado da minha alma, a razão da minha existência, ao precursor de toda a minha história. A Ele honra, glória, louvor e majestade! Ao Cordeiro que foi imolado em meu lugar, a Ele que é digno de reconhecimento, rendição e poderio no céu, na terra e debaixo da terra, Jesus Cristo, meu Salvador e Redentor, a Ele seja dada honra. Ao Seu Santo Espírito, que me direcionou, me sustentou suprindo tudo que eu precisei nesta instituição e guiou todos os meus passos durante esses quatros anos na Universidade Federal da Paraíba e principalmente auxiliando nas minhas dificuldades na escrita deste texto. Obrigada Santo Espírito!

À minha mãe Dionísia, minha eterna gratidão a essa mulher forte e cheia de vigor que foi canal de Deus para me dar a vida e me sustentou quando as circunstancias eram tão contrárias e me mostrou quão valiosa a vida é. Mesmo quando a vida levou o meu pai a senhora sempre correspondeu e lutou pelos seus filhos com todas as suas forças. Obrigada por tudo mãe!

Ao meu amado marido Adriano, que foi meu maior incentivador para a permanência e conclusão deste curso. Obrigada pelos 21 anos de casados de companheirismo, compreensão, amor, compartilhamento e respeito. Obrigada pelas vezes que pensei em desistir nos momentos mais difíceis e você me impulsionou a chegar à conclusão do curso, saiba que parte desta conquista é sua. Amo-te.

Aos meus filhos Adrianderson, Elohin e Elihon pela compreensão das tantas vezes que precisei me ausentar e vocês sempre me apoiaram, mesmo quando os maiores sacrificados eram vocês. Obrigada pela compreensão, saibam que vocês foram a minha motivação geradora para olhar para as dificuldades na universidade e permanecer nela até o fim.

Ao meu orientador Dr. Leonardo que prontamente aceitou me orientar, mesmo não me conhecendo. Saiba que tenho aprendido muito com você, tens contribuído bastante, de forma significativa para meu crescimento intelectual.

À Quézia, por ter creditado em mim e oportunizar vivenciar como bolsista do projeto, sem essa oportunidade, esse mesmo final não seria possível. Obrigada por permitir que minha vida acadêmica, fosse diferenciada pelas experiências que tive nas Casas de Acolhimento. Minha gratidão a profissional que você é.

RESUMO

Neste trabalho de conclusão de curso, propõe-se refletir as ações pedagógicas desenvolvidas em casas de acolhimento institucional em João Pessoa/PB. Através de uma revisão de literatura dos trabalhos já publicados de dissertações e teses e de pesquisa empírica, como também da pesquisa de campo com entrevista em áudio sobre as ações pedagógicas de pedagogos (as) em instituições de acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Nota-se um volume insuficiente de produção nesse campo o que contrasta com a importância e complexidade das dinâmicas de trabalho vivenciadas pelos profissionais nessas instituições. Com base nisto, discutimos o discurso das políticas de assistência social no acolhimento institucional; os sujeitos do acolhimento institucional, como também o direito a educação nesse contexto. O processo metodológico e analítico da pesquisa foi construído a partir das ações de intervenção do Programa de Educação Tutorial - Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, que provocou questionamentos e proporcionou reflexões sobre a dimensão pedagógica presente nas práticas de acolhimento institucional. Desse modo, foram entrevistados quatro coordenadores de casas de acolhimento institucional através de um roteiro de perguntas semiestruturado. As entrevistas feitas aos coordenadores das casas de acolhimento foram analisadas através do método de categorização de Bardin (2010) com o uso de três categorias sendo: atuação do pedagogo(a) na instituição de acolhimento; o papel do educador(a) social na instituição de acolhimento; e o planejamento educativo nestas instituições. Conclui-se que a atuação do(a) pedagogo(a) no contexto do acolhimento institucional é fundamental para a passagem das situações de assistencialismo para o fortalecimento do direito à educação nesses espaços.

Palavras-chave: Direito a Educação. Acolhimento Institucional. Atuação do Pedagogo.

ABSTRACT

In this work of course completion, it is proposed to reflect the pedagogical actions developed in institutional shelters in João Pessoa / PB. Through a literature review of the already published works of dissertations and theses and of empirical research, as well as field research with audio interview on the pedagogical actions of pedagogues in institutional institutions for children and adolescents. There is an insufficient volume of production in this field, which contrasts with the importance and complexity of the work dynamics experienced by professionals in these institutions. Based on this, we discuss the discourse of social assistance policies in institutional reception; the subjects of institutional reception, as well as the right to education in this context. The methodological and analytical process of the research was built from the intervention actions of the Tutorial Education Program - Youth Protagonism in Urban Peripheries, which provoked questions and provided reflections on the pedagogical dimension present in institutional reception practices. Thus, four coordinators of institutional shelters were interviewed through a semi-structured questionnaire. Interviews with host family coordinators were analyzed using Bardin's categorization method (2010) using three categories: the pedagogue (a) in the host institution; the role of the social educator in the host institution; and educational planning in these institutions. It is concluded that the pedagogical role of the teacher in the context of the institutional reception is fundamental for the transition from welfare situations to the strengthening of the right to education in these spaces.

Keywords: Right to Education. Institutional Hosting. Pedagogical Practice.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Resultados do descritor “Educação e acolhimento institucional”	10
Quadro 2	Resultados do descritor “pedagogia e acolhimento”	11
Quadro 3	Resultados do descritor “educador e acolhimento”	12
Quadro 4	Resultados do descritor “atuação do pedagogo em abrigos”	14

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	DISCURSOS E POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	15
2.1	SUJEITOS DO ACOLHIMENTO SOCIAL: infâncias e adolescências	18
2.2	EXCLUSÃO, RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL	20
3	O DIREITO À EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE ACOLHIMENTO	24
3.1	CONCEPÇÃO DE PEDAGOGIA E PEDAGOGO (A)	26
3.2	A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	29
3.3	A NATUREZA DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO: o fazer pedagógico no processo de formação da autonomia	34
4	PESQUISA EMPÍRICA: discussão das práticas educativo-sociais em casas de acolhimento	37
4.1	PROCESSOS METODOLÓGICOS	38
4.1.1	Campos e sujeitos da pesquisa	39
4.1.2	Instrumentos e procedimentos para coleta de dados	40
4.1.3	Métodos de análise	41
4.2	PROCESSO ANALÍTICO DAS CATEGORIAS	42
4.2.1	Atuação de pedagogo (a) na instituição de acolhimento	42
4.2.2	Atuação do educador (a) social na instituição de acolhimento	49
4.2.3	Desenvolvimento de estratégias de planejamento educacional na Instituição de Acolhimento	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS	62
	APÊNDICE	66

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho de conclusão de curso insere-se no Programa de Educação Tutorial (PET) intitulado “Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas”, desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba, bem como no Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia, Trabalho Educativo e Sociedade (GEPPTES). A inserção no Programa nos viabilizou leituras programáticas e diálogos sobre a temática, refletindo sobre as ações realizadas em casas de acolhimento de João Pessoa. Os marcos teóricos e metodológicos estudados nos encontros do Programa e do Grupo possibilitou aproximação com o campo analisado, desenvolvendo uma compreensão mais crítica sobre os aspectos levantados para a construção do referido trabalho.

As referências estudadas nos encontros do grupo se configuram como fontes para as especificidades destacadas no saber-fazer profissional, principalmente, para acrescentar e fortalecer a identidade da Pedagogia como conhecimento e profissão, pensando nas ações exercidas em casa de acolhimento.

As leituras prévias sobre o campo pesquisado e as ações de intervenção nas casas no contexto do Programa, resultou nas produções de trabalhos publicados intitulado “A Sociedade dos excluídos e os desafios de superação em casas de acolhimento” (LIRA, 2017) apresentado no Congresso Nacional de Educação. No ano seguinte no mesmo evento “Vivências e reflexões pedagógicas junto a adolescentes residentes em casas de acolhimento”: uma experiência do PET – Programa de Educação Tutorial – Conexões de Saberes - Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas (LIRA; VITORINO, 2018), como também a apresentação de trabalhos no ENEX – Encontro de Extensão da Universidade Federal da Paraíba, intitulado “Casa de acolhimento: uma reflexão sobre a exclusão” (LIRA; VITORINO, 2017) e Projetos “Orientação para a vida” e “Oficina Projeto de vida”: ações de intervenção em casas de acolhimento institucional (LIRA; SILVA, 2018). Há, ainda, o artigo intitulado “Orientação para a vida”: O fazer pedagógico no processo de formação da autonomia (LIRA, 2018), que sairá no final do ano de 2018 em uma publicação em livro do PET – Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas.

Neste trabalho, propõe-se refletir, através de uma revisão de literatura dos trabalhos já publicados de dissertações e teses, sobre as ações pedagógicas de

pedagogos (as) e educadores (as) em instituições de acolhimento institucional para crianças, adolescentes e jovens.

Através da revisão de literatura dos trabalhos já publicados que se relacionam com a proposta de busca, nota-se um volume insuficiente de produção nesse campo, mas os materiais coletados indicam a importância e complexidade das dinâmicas de trabalho vivenciadas pelos profissionais nessas instituições. Considera-se que essa revisão é um meio que pode contribuir para as possibilidades de discussão do fazer socioeducativo no contexto do acolhimento institucional de menores, onde atuam pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, entre outros.

Por meio do processo de revisão, verificamos a dificuldade de localizar material disponível em formato de produção científica como teses e dissertações que trabalhem a temática aqui discutida. Dentre os trabalhos localizados, vimos materiais de extrema importância na fundamentação conceitual visando à aproximação com a temática abordada, como também para a reflexão das atividades pedagógicas significativas na construção metodológica das propostas de acolhimento institucional.

É importante trazer a lume que para cada descritor pesquisado foi necessário variações na busca relativa ao tema abordado. O recorte do mapeamento utilizado se deu do ano de 2010 a 2018 entre dissertações e teses sobre o tema proposto neste trabalho (não há publicações sobre o tema proposto anteriores a 2010).

Para isso utilizamos quatro descritores: “educação e acolhimento institucional”; “pedagogia e acolhimento”; “educador e acolhimento”; “atuação do pedagogo em abrigos”. Feito isso, observou-se que esse mapeamento é imprescindível para a qualidade de uma pesquisa empírica, como também a necessidade urgente de materiais que discutam a temática para melhor qualificação dos profissionais que atuam nesses espaços.

Os bancos de dados escolhido para a pesquisa desta temática foram:

- Catalogo de Teses e Dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento do Nível Superior (CAPES)
- Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

A escolha desse banco de dados se deu pela confiabilidade dos referenciais encontrados nessas bases.

O descritor “educação e acolhimento institucional” permitiu recuperar as obras representadas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Resultados do descritor “Educação e acolhimento institucional”

Banco de dados	Resultados	Tem relevância com o estudo proposto	Observações
BDTD	2	Teses 2	Em nenhuma tese verificou-se a utilização exata da expressão “educação e acolhimento institucional”
CAPES	20	Dissertações 6 Tese 1	Em nenhuma dissertação verificou-se a utilização exata da expressão “educação e acolhimento institucional”

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A seleção das dissertações e teses mostra algum tipo de relevância para a pesquisa proposta por este estudo, feita mediante a leitura dos resumos dos trabalhos apresentados. No banco de dados da BDTD encontrou-se uma tese que se aproxima do estudo proposto intitulado “A criança em acolhimento institucional e o direito humano à educação infantil: sob as teias do abandono”, por Shirley Elziane Diniz Abreu, tese defendida em 2010 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. A autora analisa o processo de institucionalização de crianças de 0 a 5 anos de idade, através da medida de acolhimento institucional, considerando o direito humano à educação infantil no Município de João Pessoa/PB. O trabalho reflete sobre o papel do Estado brasileiro na formulação de políticas públicas, entre estas, a política educacional, com ênfase na educação infantil visando materializar os direitos das crianças, tendo em vista a proteção integral.

Nesse primeiro descritor, “Educação e acolhimento institucional”, consideramos importante destacar que nenhuma das publicações analisadas trouxe a expressão acima citada como um termo único.

Dando continuidade à revisão de literatura, pesquisou-se o descritor “pedagogia e acolhimento”, encontrando os seguintes resultados:

Quadro 2 – Resultados do descritor “pedagogia e acolhimento”

Banco de dados	Resultados	Tem relevância com o estudo proposto	Observações
BDTD	8	Dissertações 3	Em nenhuma dissertação ou tese verificou-se a utilização exata da expressão “pedagogia e acolhimento”
CAPES	0	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O primeiro deles que tem relevância com o tema proposto é a dissertação de Izete Santos do Nascimento, tratando sobre o tema “O pedagogo-orientador educacional no acolhimento e acompanhamento de adolescentes em medida socioeducativa” de 2017. O trabalho baseia-se no estudo sobre o papel do Pedagogo-Orientador Educacional no acolhimento e acompanhamento de estudantes adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em escolas da rede pública de ensino no Distrito Federal. O mesmo teve como objetivo Analisar a atuação do Pedagogo-Orientador Educacional junto aos estudantes em cumprimento de medida socioeducativa. Mas o objeto estudado não se refere as instituições de acolhimento institucional ao qual este estudo se propõe.

A segunda dissertação com o tema “Mediação pedagógica no acolhimento institucional e as práticas socioeducativas com crianças e adolescentes nas relações de conflitos” de Fernanda Carvalho Ferreira, defendido em 2014, buscou problematizar e compreender as relações entre todos os envolvidos com as crianças da Casa Abrigo Institucional (CAI), analisando as possibilidades e limites do processo educativo na atuação dos cuidadores e cuidadoras das crianças e adolescentes, e, sobretudo, nas relações de conflitos nesse espaço institucional. Esta dissertação nos possibilitará discutir e conversar entre as relações existentes nessas instituições, que apesar de diferentes em distancia de Estado, são próximas pelas questões abordadas para as problemáticas de acolhimento institucional.

A terceira com o tema “Famílias e suas ações pedagógicas de acolhimento: a trajetória dos meninos em fase de desligamento da Associação Santo-Angelense Lar do Menino rumo a suas famílias” da autora Jeanine Ferrazza Meyer, do ano 2009. O mesmo discute a medida que é aplicada com o intuito de proteção para disponibilizar a criança, amplo desenvolvimento saudável nas relações sociais, familiares e escolares. Sob essa medida, os meninos são retirados das ruas e abrigados em uma Instituição que acolhe e trabalha de forma pedagógica as relações e comportamento que os levaram para as ruas. Ao ocorrer o abrigamento desses meninos em Instituições que os acolhem por determinação Judicial, esses Lares provisórios proporcionam uma rotina educacional que após o desligamento da mesma, estimulam Famílias e suas ações pedagógicas de acolhimento.

No descritor “educador e acolhimento” foram encontrados:

Quadro 3 – Resultados do descritor “educador e acolhimento”

Banco de dados	Resultados	Tem relevância com o estudo proposto	Observações
BDTD	9	Dissertação 1 Tese 3	Em nenhuma dissertação ou tese verificou-se a utilização exata da expressão “educador e acolhimento”
CAPES	0	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Um dos trabalhos que tem relevância com o estudo proposto é a tese de Laiane da Silva Correia de 2016 com o tema “Serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na Região Metropolitana de Belém: os ambientes, os acolhidos e os educadores” O estudo caracterizou os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes da Região Metropolitana de Belém/PA, com destaque para o perfil e práticas adotadas pelas instituições e educadores, bem como o perfil pessoal, familiar e institucional dos acolhidos. Os resultados reforçam a concepção da instituição de acolhimento ser um espaço em constante transformação, dinâmico e complexo, que precisa ser visto como um contexto de desenvolvimento. É preciso ainda pensar nestes espaços enquanto um ambiente de cuidado, mas também de escuta e possibilidade de diálogo constante entre os atores envolvidos.

Outra tese localizada foi de Pedro Paulo Bezerra de Lira no ano de 2017, com o tema “Cuidado, educação e vínculo na perspectiva de educadores de creches e instituições de acolhimento” o trabalho objetivou-se analisar, comparativamente, em creche e em instituição de acolhimento, significações dos profissionais sobre cuidado, educação e vínculo com crianças de zero a três anos. Os resultados apontaram a instituição de acolhimento como espaço de cuidado e proteção e a creche como espaço de desenvolvimento integral e educação.

A terceira tese foi da autora Carla Andressa Plácido Ribeiro de França, com o tema “Educação moral ou moralização? Um estudo sobre o discurso e a prática de educadores em instituições de acolhimento” do ano de 2018. Com base na perspectiva de Piaget, o trabalho investigou analisar e refletir a respeito das concepções e práticas educacionais dos acolhimentos institucionais e dos educadores desses serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco social do Estado de São Paulo, identificando as concepções e práticas educacionais morais das instituições e, seguidamente, as dos educadores de duas dessas instituições de acolhimento com práticas educativas diferenciadas, relacionando com a legislação sobre o direito ao desenvolvimento moral.

A autora Fernanda Almeida Castro Segui, com a dissertação abordando “Sentidos do vínculo afetivo para educadores de instituições de acolhimento: um estudo de caso” do ano de 2012. Trata-se sobre o ambiente que muitas crianças e adolescentes vivem parte de sua história e constroem novos vínculos, nas relações com adultos e crianças da instituição. No contexto das relações concretas em um serviço de acolhimento da região metropolitana de Curitiba/PR, analisar os sentidos do vínculo afetivo para os educadores sociais. O vínculo a partir de uma perspectiva institucional, através da observação do cotidiano da instituição e do discurso dos educadores, procurando dar visibilidade aos sentidos produzidos pelos educadores para o vínculo. É relatado que a instituição família ainda prevalece nesse tipo de atendimento e que os educadores enfrentam grande dificuldade em assumir os limites na relação com as crianças.

Já no descritor “atuação do (a) pedagogo (a) em abrigos” localizamos apenas:

Quadro 4– Resultados do descritor “atuação do pedagogo em abrigos”

Banco de dados	Resultados	Tem relevância com o estudo proposto	Observações
BDTD	1	Dissertação 1	A dissertação utilizou exatamente a expressão “atuação do pedagogo em abrigos”
CAPES	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na análise dos dois bancos de dados da CAPES e da BDTD foi encontrado apenas uma dissertação com o título “A atuação do pedagogo em abrigos do município de Vitória/ES” de 2013, da autora Pâmela Rodrigues Pereira, que utilizou exatamente o descritor “atuação do pedagogo em abrigos”. O trabalho analisou a atuação do(a) pedagogo(a) em instituições de abrigos do município de Vitória, Estado do Espírito Santo, e, a partir dessa análise, desvelar o campo de atuação do pedagogo nessa área. Destacando as possibilidades de redimensionamento e reestruturação do currículo do Curso de Pedagogia para a formação em contextos não escolares. O que comprova a necessidade de trabalhos relevantes que discutam sobre o estudo proposto a ser abordado.

2 DISCURSO E POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

A infância e a adolescência no Brasil e no mundo, por longos anos foram negligenciadas e alvo de abandono e desamparo em contextos privados e públicos. As leis não alcançavam os direitos desses sujeitos nem os beneficiava, deixando-os à margem do abandono. As dificuldades enfrentadas foram inúmeras e ainda permanecem em aberto, já que nosso país caminha a passos lentos diante das necessidades.

Nesse cenário híbrido, as políticas para a infância e adolescência foram historicamente idealizadas e criadas com objetivos bem delimitados, ora orientados por preceitos religiosos, filantrópicos e de caridade, ora servindo a propósitos eugênicos, trabalhistas e correccionais. Ainda que no campo normativo, esteja ultrapassada a diferenciação feita entre infância e menoridade – segundo a qual pertenciam às crianças medidas educativa e protetivas e aos menores, medidas de cunho assistencial, jurídico e disciplinador -, a dualidade ainda precisa ser superada na prática. Para tanto, conhecer o percurso histórico da conquista de direitos que unificou a compreensão de uma única infância contribui para o entendimento dos discursos que, vez ou outra, surgem e representam, mesmo que sob nova roupagem, um retorno a conceitos e práticas já superadas (LEAL, 2017 p. 22).

A autora supracitada retrata a incoerência entre os preceitos religiosos, filantrópicos e de caridade, aparentemente já superados, mas que na prática há existência de dualidade. No sentido de haver o conhecimento do direito, mas o que ainda impera nesses espaços é a religião e a caridade.

Leal (2017, p. 24) indica que a história constituída em nosso país não contribui para a efetivação de direitos das crianças e adolescentes. Verifica-se que apenas na década de 1980 há uma intensificação dos movimentos que exigiam a inclusão de direitos que assegurassem a proteção à infância e adolescência. É na Constituição Federal de 1988 que as crianças e adolescentes passam a ser conhecidos como sujeitos de direitos e contando com uma política de proteção integral. Fortalecendo isso, em 13 de julho de 1990 foi criada a Lei Federal nº 8.069, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que esclareceu a responsabilidade conjunta do Estado, da família e da sociedade, que devem promover a proteção integral e desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Essas leis vieram a contribuir para uma longa caminhada de conquistas e mudanças de paradigmas, nas ações anteriormente implantadas de compensação pelo tempo de abandono e desproteção.

A partir da elaboração do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006), adotou-se o termo Acolhimento Institucional para designar os programas de abrigo em entidade, definidos no Art. 90, Inciso IV, do ECA (BRASIL, 1990), como aqueles que atendem crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo, aplicadas nas situações dispostas no Art. 98 do referido Estatuto.

As entidades que promovem o acolhimento institucional são responsáveis por tomarem tais cuidados junto a esses sujeitos, devendo primar pela excepcionalidade e provisoriedade em sua aplicação e suprir as necessidades imediatas e futuras, zelando pela integridade física e emocional dos acolhidos. Os serviços de acolhimento devem estruturar seu atendimento de acordo com os seguintes princípios: excepcionalidade do afastamento do convívio familiar; provisoriedade do afastamento do convívio familiar; preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; garantia de acesso e respeito à diversidade e não-discriminação; oferta de atendimento personalizado e individualizado; garantia de liberdade de crença e religião; respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem (CONANDA; CNAS, 2009; SERIKAWA, 2015, p. 21).

Desse modo, o acolhimento institucional consiste em uma medida excepcional, realizada mediante autorização judicial e ciência do Ministério Público e após recomendação feita por equipe técnica qualificada para tal. Essa recomendação deve observar que a decisão de abrigar uma criança ou adolescente terá repercussões profundas tanto para o abrigado quanto para sua família.

Assim, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) junto com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) defendem que deve ser escolhida a opção em que se prezará pelo melhor interesse da criança ou do adolescente e o menor prejuízo ao seu processo de desenvolvimento (CONANDA; CNAS, 2009). Excepcionalmente, em caso de acolhimento em caráter emergencial e de urgência, o artigo 93 do ECA (BRASIL, 2009) prevê que as entidades que mantêm programas de acolhimento poderão efetuar-lo, devendo, no entanto, comunicar à autoridade judicial até o segundo dia útil imediato. A partir do momento que a criança se encontra institucionalizada, o processo de reinserção familiar deve ser iniciado e fortalecido, e, caso se verifique a impossibilidade de retorno à família de origem, inicia-se o processo de perda do poder familiar atentando-se para o seu pleno andamento a fim de tornar o indivíduo apto à adoção (CONANDA; CNAS, 2009; SERIKAWA, 2015, p. 20).

Essa ação inclui uma avaliação dos possíveis riscos que a criança ou o adolescente estão expostos, levando em consideração sua segurança, seu bem-estar, cuidado e desenvolvimento em longo prazo e as condições da família para superar as violações e dar-lhes proteção. Nas casas de acolhimento institucional, segundo o site da Secretaria de Serviços de Acolhimento do município de João Pessoa (SEDES), são ofertados serviços de: Garantia de ambiente seguro, alimentação, vestuário e higiene; acompanhamento de situações de saúde psicofísica por especialistas; reinserção e acompanhamento à vida escolar; realização de atividades lúdicas; preparação para o mundo do trabalho, com participação de cursos profissionalizantes e/ou aprendiz.

Além de que, acompanhamento do processo jurídico, atenção ao relacionamento das crianças e/ou adolescente com seus pais e familiares buscando a manutenção e fortalecimento dos vínculos. Realidade essa não vista nas instituições locais de acolhimento institucional, mas trataremos sobre o assunto nos capítulos posteriores deste trabalho.

O acolhimento institucional visa prestar segurança como política social tendo em vista a garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, estabelecida no art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988). Segundo as secretarias de serviço de acolhimento para crianças e adolescentes (SEDES), através da proteção social especial de alta complexidade, o Acolhimento Institucional previsto no Capítulo II do Estatuto da Criança e do Adolescente normatizada pelo Art. 92 da mesma Lei tem o objetivo de acolher o público de 00 a 18 anos incompleto, adulto e pessoas com deficiência, que teve seus direitos violados e cuja convivência com a família de origem seja considerada prejudicial a sua proteção e ao seu desenvolvimento.

As dificuldades enfrentadas são inúmeras, além da falta de políticas públicas de apoio ou auxílio às famílias dos institucionalizados nos fazem perceber a falta de cumprimento das leis vigentes quanto ao apoio necessário para a reinserção da criança ao seu seio familiar de origem, aos quais poderiam diminuir no índice de acolhimento institucional. Estevão (2018, p. 22) nos alerta que:

Outro fato importante destacado pelo Levantamento Nacional foi o período prolongado que crianças e adolescentes passam no acolhimento institucional, averiguou-se que 55,2% estão nas instituições durante um período de sete meses a cinco anos e 32,9% por um período que varia de dois a cinco anos. Contradizendo o que é instituído pelo ECA (BRASIL,1990) (BRASIL, 2017) que diz que a permanência da criança ou adolescente não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses) e que ressalta o acolhimento institucional e o acolhimento familiar como medidas provisórias e excepcionais. E a cada 3 (três) meses terá sua situação reavaliada devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

A falta de políticas públicas nos faz refletir sobre os adolescentes que sofrem maus tratos e passam a ser colocados em instituições de acolhimento como medida protetiva, quando na verdade os agressores estão inseridos em suas próprias famílias, de modo que é um desafio pensar a relação posterior entre a instituição de acolhimento, o sujeito acolhido e essa mesma família.

No Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 no Art. 3º diz que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

A partir disso, vemos uma falha no sentido de “reter” os que não têm culpa (crianças em acolhimento) como medida “protetiva” para liberar os culpados (agressores e intermediadores) no sentido de não serem detidos pelas autoridades competentes, para viverem suas vidas normalmente, em sua casa e em sua família, em muitos casos, por relatarem falta de provas, ou participação da própria mãe em retirada da queixa na delegacia.

2.1 SUJEITOS DO ACOLHIMENTO SOCIAL: infâncias e adolescências

Ser criança não é somente um processo natural da vida, mas sim, uma parte fundamental na fase do desenvolvimento humano. Segundo Zuccheti (2007, p. 216), essas construções serão marcadas pelos processos vividos nas relações entre pares em diferentes contextos históricos e culturais dessa criança.

A ideia de infâncias coloca-nos a perspectiva de construções sociais e proporciona-nos a compreensão de que ser criança difere de acordo com o espaço e o tempo desse grupo social. É nas múltiplas interações vividas que as infâncias vão-se fazendo, com marcas produzidas nas vivências, nas experiências de vida, proporcionando-nos a diversidade, permitindo-nos falar no plural. Nesse sentido, características atribuídas à infância, sentimentos, relações e atividades que são oferecidas às crianças são diferentes de acordo com o contexto histórico e cultural em questão (ZUCCHETI, 2007, p. 216).

Já a adolescência é marcada pelo acúmulo dessas e por outras evidências em questão. Nesse processo, acontecem várias transições e mudanças na vida do adolescente que passa por essa fase da vida. Uma das evidências em questão é o desenvolvimento do corpo, as novas descobertas, os conflitos existenciais, as observações e escolhas dos pares, são constantes neste processo tão importante na vida de transição do infante para a adolescência.

A definição do conceito de adolescência é pouco consensual e muito complexa. Sabemos que a etimologia da palavra adolescência vem de duas raízes inter-relacionadas: do latim *ad* (a, para) e *olescer* (crescer) e também de *adolescere*, origem da palavra *adoecer*. A adolescência só a partir do séc. XIX foi vista como uma etapa distinta do desenvolvimento e durante várias décadas a adolescência, esteve associada a uma fase de tumulto, conflito e tensão para o adolescente e todos os que com ele lidavam (RIBEIRO, 2011, p. 2).

As crianças em transição para adolescência já vivenciam normalmente conflitos existentes nesta fase da vida, mesmo aquelas que têm família presente, que participam assiduamente dos processos de crescimento e desenvolvendo assim questões normais a vida. Zuccheti (2007, p. 226) diz que:

Sem dúvida, a juventude é vista como um tempo de aprendizagens, e seu êxito depende da realização dessa aprendizagem, o que, na atualidade, tem precioso sentido. A ênfase na aprendizagem é também a possibilidade de conter uma juventude ruidosa — afinal, ela causa receios à sociedade. Teme-se a vagabundagem, a libertinagem e o espírito transgressor.

Se o adolescente com famílias estruturadas, tendo uma mãe e um pai presente, no sentido de serem participantes e responsáveis com a preocupação do crescimento saudável desta criança, as mesmas já vivenciam todas essas experiências nesta fase. Imagina como se dá essa construção na vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade social e ainda residentes em casa de acolhimento? Todas essas crises e outras mais se tornam evidentes em

adolescentes com esse perfil. Na citação acima, Zuccheti (2007) relata a temerosidade existente em nossa sociedade, pois, a juventude é vista como a fase da vagabundagem e da libertinagem, traçada pelo espírito transgressor.

2.2 EXCLUSÃO, RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL

As pessoas que sofrem com a vulnerabilidade social em sua maioria, tem espaço nas mídias aparecendo nos programas policiais, evidenciando o sangrento, alimentando a mesma sociedade excluída, tornando normal, o que é anormal a sociedade. Sociedade essa, vítima da ausência de políticas públicas que são levados para seu alívio momentâneo chamado vício. Vício da droga, do álcool, da violência (porque só recebeu violência), vício da pornografia. Prati, Couto e Koller (*apud* RAPOPORT, 2013, p. 2) definem que:

A vulnerabilidade social pode ser expressa no adoecimento de um ou vários membros, em situações recorrentes de uso de drogas, violência doméstica e outras condições que impeçam ou detenham o desenvolvimento saudável desse grupo. Vulnerabilidade social é uma denominação usada para caracterizar famílias expostas a fatores de risco, sejam de natureza pessoal, social ou ambiental, que coadjuvam ou incrementam a probabilidade de seus membros virem a padecer de perturbações psicológicas.

Nesta sociedade dos excluídos encontramos como registra o jornal G1 PB (2016) que 42% das vítimas de violência na Paraíba são crianças de até 06 anos de idade, fase conhecida como primeira infância. Além do número exorbitante de 139 crianças vítimas de violência sexual contra crianças e adolescentes no ano de 2015 na Paraíba como registra o G1 PB (2015), e a maior parte das vítimas é do sexo feminino, os crimes acontecem muitas vezes dentro da casa da criança.

A criminalidade, as drogas ilícitas, o álcool, o desemprego e a baixa escolaridade dos pais são influenciadores diretos sobre o desenvolvimento da criança, que vivendo em situação de vulnerabilidade social, provavelmente estará exposta a muitos dos indicadores citados (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2010, *apud* RAPOPORT e DA SILVA, 2013, p.14).

A influência dos pais sobre crianças e adolescentes na maioria dos casos são fatores determinantes sobre o futuro das crianças. Muitos pais vítimas dessa sociedade dos excluídos, e as crianças vítimas de violência física, em seus lares,

como fuga, muitas delas vítimas de abuso sexual, que os autores também foram de algum modo, vítimas do mesmo processo. Para protegê-las, deste meio chamado vício e vulnerabilidade social diz o Art. 5º do ECA “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Como citado no Artigo acima, Lira (2017, p. 5) complementa:

Como medida de proteção retiram-se as crianças do seio familiar, como apresenta o Art. 5º do ECA porque essas crianças habitavam em vulnerabilidade social, de qualquer meio que os façam correr riscos, mas agora postas nas casas de acolhimento, que chamo de os “excluídos acolhidos”. A este respeito Rapoport (2013, p. 14) afirma que são questões influenciadoras no desenvolvimento, mas agora já nas casas de acolhimento, já não mais sofrendo com a violência física, o perigo da droga e sua influência, mas dentro das casas de acolhimento sofrem com a fixação e impregnação do sentimento de abandono familiar, abandono emocional, a mercê da violência psicológica sofrida pela voz alheia a voz familiar, e sem direção da voz de autoridade sobre suas vidas.

A vulnerabilidade social exposta em nossa sociedade devido a problemas inúmeros leva a institucionalização de crianças e adolescentes, que nem sempre representa solução para os problemas necessários que vivenciam estes sujeitos em vulnerabilidade social. A solução momentânea proposta pelo Estado acarreta a esses adolescentes questões problemáticas ainda maiores lá na frente, próximos a sua maioria. Pois a falta de clareza a esses adolescentes dos fatos acontecidos proporcionam em seus corações, sentimentos de confusão mental e emocional quanto a que decisão tomar relativo aos seus parentescos. Questões essas que na maioria das vezes não é resolvida pelo Estado por falta de políticas públicas que considerem o sujeito e a promoção da família.

De acordo com os estudos realizados por Vygotsky, crianças que se desenvolvem em ambientes desfavoráveis, que presenciam e sofrem práticas violentas em família, com pouco estímulo por parte dos pais, tendem a ter seu desenvolvimento prejudicado e a serem influenciadas pelas mediações negativas que o meio ao qual estão inseridas lhes submete. Sopelsa (2000, p. 34) cita que “desde o nascimento até a morte, o homem sofre influências das pessoas, da sociedade, do mundo, e reage a estas influências de acordo com as raízes que lhe foram impressas, ao longo de sua existência, pelas suas vivências e sentimentos”, fundamentando o comportamento das crianças que, ao apresentarem atitudes agressivas, possivelmente estão reproduzindo o que vivem em suas casas. (RAPOPORT, 2013 p. 4).

A família que vive em situação de vulnerabilidade social é influenciadora direta na formação da criança, influência essa desprovida de qualquer cuidado do Estado, tanto traz de forma positiva como negativa.

Em se tratando das crianças já institucionalizadas em acolhimento, as medidas de “proteção” em alguns casos, não efetiva o que foram destinadas a fazer, mas aumentam a probabilidade de uma geração desgovernada e sem limites. Afinal, o seio familiar que os ensinaria, de lá eles já foram arrancados, pelos riscos que vivenciam e são expostos. Apresenta-nos outra realidade de uma geração violenta fisicamente, emocionalmente e psicologicamente, porque aprendeu em seu contexto cultural a normatização de situações desumanas. Atingida por uma realidade tão cruel que não foi por eles escolhida. Tornando-se assim, transmissora para a sociedade vigente de desesperança e abandono.

É sobre essa ótica que observamos as casas de acolhimento, crianças que não mais sofrem com a violência física, sexual, a droga e sua influência, mas outro acontecimento se abre na vida das crianças e adolescente residentes em casa de acolhimento, a fixação e impregnação do sentimento de abandono familiar, emocional, sentimental.

As observações feitas no projeto PET – Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas em casas de acolhimento institucional nos levam a refletir sobre questões em relação à família, a profissão e as relações interpessoais. Partindo do princípio da necessidade intrínseca de afetar e deixar afetar-se, esse é o sujeito institucionalizado em casa de acolhimento, com suas dificuldades existenciais e de identidade:

Afetividade é a dinâmica mais profunda e complexa que o ser humano pode participar, começa no momento em que o sujeito se liga ao outro pelo amor. Nesse sentido, a família e a escola são parceiras complementares nesse processo. A afetividade acontece quando se tem algum meio de aproximação, e é construído e verificado através da relação com o outro. E a afetividade é o único meio, ou pelo menos a tentativa de extinguir a distância entre sujeito e objeto (LIRA, 2016, p. 7).

Como ser participante em afeto com adolescentes que não se permitem serem afetados(as)? Afinal, sofreram perdas e abandono. Os que deveriam proteger foram os mediadores para conduzirem a vulnerabilidade social. Como se colocar no lugar de jovens, que esperam de uma sociedade nada além de suas próprias

experiências, onde as referências de segurança e proteção deveriam ser a voz de autoridade a ser ouvida, mas pelo meio do caminho da vida foram perdidas. Sociedade? Quem é a sociedade para esses sujeitos acolhidos institucionalmente?

Dessa forma, Carneiro e Veiga (2004) concluem que vulnerabilidades e riscos remetem às noções de carências e de exclusão. Pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas, nem de capacidades para adotar cursos de ações/estratégias que lhes possibilitem alcançar patamares razoáveis de segurança pessoal/coletiva (JANCZURA, 2012, p. 304).

A impossibilidade imposta pelas camadas elitizadas tornam os riscos realçados pelos que convivem diariamente com a vulnerabilidade social. A desconfiança é o conflito existencial mais forte nos adolescentes e jovens institucionalizados, e como acreditar em alguém se as pessoas pelas quais deveriam cuidar não o fizeram, então como acreditar em alguém que nunca viu na vida? Todas essas compreensíveis pela situação. Quando não temos voz que nos conduzem no caminho, nos tornamos proprietários dos nossos próprios caminhos, a probabilidade é muito maior de sermos levados a caminhos tortuosos. Porque a voz representa respeito, relação interpessoal, limite e compreensão do outro.

A inclusão é um processo integral que envolve a superação efetiva das condições políticas, econômicas e sociais. Pensar a educação é rever as prioridades do país e ajustá-la em conformidade aos interesses públicos, se para o desenvolvimento e crescimento dos menos favorecidos ou se para a negação deste direito. Refletir com compromisso as casas de acolhimento é rever as políticas públicas que se antecedem as casas de acolhimento. Para que não sejamos reprodutores de vulnerabilidade social, através da incapacidade de dar melhores condições de vida para as famílias do nosso país.

3 O DIREITO À EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE ACOLHIMENTO

A Constituição Federal de 1988 reza no seu Art. 6º (BRASIL, 2010), que são direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. No Art. 205, dispõe-se que:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, a mesma deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, juntamente com o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Diante deste desafio da função do Estado, vemos a dificuldade deste direito se tornar prática na sociedade brasileira. O PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios no ano de 2015 mostra que ainda há 2,5 milhões de crianças e adolescentes fora da escola, o que nos revela um direito adquirido, mas não executado na vida prática de alguns de nossa sociedade.

A Constituição Federal lança a responsabilidade do cuidado para a família, mas a mesma não tem esse direito assegurado quando vai em busca de uma escola e não encontra vaga. A família por sua vez tem o direito de educar, cuidar e proteger a criança da melhor forma que a encontra, desde que seja assegurado o direito à educação.

A Constituição Federal estabelece que a “família é a base da sociedade” (Art. 226) e que, portanto, compete a ela, juntamente com o Estado, a sociedade em geral e as comunidades, “assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais” (Art. 227). Neste último artigo, também especifica os direitos fundamentais especiais da criança e do adolescente, ampliando e aprofundando aqueles reconhecidos e garantidos para os cidadãos adultos no seu artigo 5º. Dentre estes direitos fundamentais da cidadania está o direito à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2006).

Mas, e quando falamos de crianças em situação de vulnerabilidade social, as quais são assistidas pelo Estado por que não podem estar mais na aproximação de sua família consanguínea? Será que somente uma matrícula escolar garante o direito a educação como um direito adquirido?

Ver no olhar desses adolescentes residentes em casa de acolhimento institucional, uma proposta de sonho que está aquém da realidade imposta a eles.

Como proporcionar uma perspectiva de futuro, uma preparação para suas escolhas profissionais com resultados concretos, que os fizesse refletir sobre suas vidas e pensar que há possibilidade deles terem um resultado de vida diferente do que os foi apresentado.

A assistência social é parte do Sistema de Seguridade Social, apresentado pela Constituição Federal de 1988. O trabalho na assistência social é totalmente dependente da inteligência e do saber da força de trabalho humano (BRASIL, SUAS 2008, pág. 35). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é o modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações de assistência social. Isso nos faz refletir sobre a necessidade existente de força de trabalho humano, bem como profissionais preparados para cumprimento dessa necessidade, de modo que corresponda com objetivos para a construção de sujeitos críticos e participantes em autonomia e empoderamento, com suas necessidades básicas supridas.

O diagnóstico das gestões municipais e estaduais apresentados na V Conferência Nacional de Assistência Social (2005) revelou a defasagem tecnológica da força de trabalho da assistência social. “Além de pouca em quantidade, e frágil, em qualidade, essa força está desgastada pelo tempo e pelo ausente processo de requalificação” (SPOSATI, 2006, p. 36) que confirma a necessidade de profissionais preparados, trabalhando nessas unidades de atendimento, aos quais não é diferente nas casas de acolhimento institucional.

A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS no Capítulo III Art. 6 A diz que:

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011).

Nas ações de reconstrução, para os quais o adolescente em medida protetiva e provisória, é imprescindível o atendimento especializado no intuito de recolocação na família de origem. Nesse processo de intermediação que os profissionais qualificados são elementos-chave para a concretização do direito e no enfrentamento das situações de violação de direitos. A atuação do (a) pedagogo (a) entra neste conjunto de profissionais necessário nas instituições de acolhimento.

3.1 CONCEPÇÃO DE PEDAGOGIA E PEDAGOGO (A)

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, e posteriormente, com as Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia de 2006. Os mesmos, não trazem fundamentos para estruturar as práticas desenvolvidas com os diversos sujeitos e ambientes educativos. Conforme as lacunas que se apresentavam no sistema escolar, outros formatos foram sendo desenvolvidos para suprir as novas atribuições de gestão e docente das series iniciais.

Em virtude dos caminhos existentes para além dos representados pela escola, tomando por base a Pedagogia em seu contexto como a ciência específica fomentadora dos processos educativos como prática social, apresentaremos neste capítulo os aspectos teórico-metodológicos que potencializam o sentido de Pedagogia e demarcam como campo científico que se amplia para compreender as complexidades que não são explicadas somente através do fazer pedagógico escolar, demonstrando, assim, a emergência do surgimento e definições sobre a Pedagogia Social.

Um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação do conceito de educação e a diversificação das atividades educativas, levando, por consequência, a uma diversificação da ação pedagógica na sociedade. Em várias esferas da prática social, mediante as modalidades de educação informais, não-formais e formais, é ampliada a produção e disseminação de saberes e modos de ação (conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças, atitudes), levando a práticas pedagógicas (LIBÂNEO, 2001).

O que tratamos neste trabalho são modos de Educação estruturados por um campo próprio de ações educativo-sociais. Um campo fértil para ser explorado, que vai para além da produção de novas demarcações de saberes/fazeres pedagógicos, apresentando a potencialidade e especificidades das experiências educativas, destacando a peculiaridade na atuação do pedagogo em seu sentido diversificado.

Considerando que o sentido social que se emerge das ações pedagógicas diz respeito às ações formativas se constituem na interação entre as pessoas, em diferentes espaços e situações. Na construção do trabalho nos preocupamos também em trazer um marco conceitual para a Pedagogia Social, tendo em vista a necessidade em se compreender melhor o sentido do seu campo teórico e metodológico.

A Pedagogia Social atua, portanto, como uma matriz disciplinar que, partindo do pressuposto que reconhece o potencial que a pluralidade teórico-metodológica representa para os processos de produção de conhecimento pedagógico e, conseqüentemente, no aperfeiçoamento dos sistemas conceituais e tecnológicos que suportam as ações profissionais de educadores em diversos cenários socioeducativos, se inscreve no âmbito geral da Pedagogia, cuja especialidade recai em reflexões e práticas que enfatizam o caráter social e socializador da formação humana. (MACHADO; RODRIGUES; SEVERO, 2014, p. 15).

Pensarmos na atuação do pedagogo (a), é pensarmos para além dos muros da escola, onde perpassa vários tipos de pedagogias, não somente as escolares, mas também as não escolares para a construção de indivíduos humanizados e cidadãos empoderados. Mas afinal, qual o lugar da educação nestes espaços?

Nossa participação nesta construção do saber, segundo Charlot (2000, p. 54), é contínua e nunca completamente acabado, ela perpassa todos os movimentos constituídos no processo da vida.

O objeto da Pedagogia Social é a Educação Social, o qual define o conteúdo dessa disciplina: a relação da educação com a sociedade. Para desenvolver sistemas teórico-práticos que possam servir de referência para a gestão de práticas educativas nos contextos sociais, a Pedagogia Social conserva um duplo caráter, sendo este geral e específico. O caráter geral da Pedagogia Social se refere à metateoria que organiza e justifica a constituição de perspectivas conceituais e matrizes metodológicas para construção e validação do conhecimento que se identifica em seu âmbito. O caráter específico, por sua vez, designa as diferentes abordagens que, plasmando-se ao conceito geral de Pedagogia Social, priorizam distintos aspectos às problemáticas relativas aos sujeitos, contextos socioeducativos e formas de atuação dos educadores sociais (MACHADO; RODRIGUES; SEVERO, 2014, p. 15).

A Pedagogia social é uma prática pedagógica que discute sobre a ótica da formação de indivíduos críticos e tem sua base nas ações pedagógico-sociais. “Para Silva *et al* (2012), a pedagogia social possui os princípios que buscam ter a educação como processo de formação integral do ser humano como essência das relações com ele próprio, com o outro, com a vida e com o meio ambiente” (TORQUATO *et al*, 2015, p. 4). A Pedagogia social se utiliza segundo Silva *et al* (2012), de três domínios com áreas específicas de conhecimento como o domínio sociocultural, o domínio sócio-pedagógico e o domínio sociopolítico e ele diz que:

O domínio sociopedagógico: tem como áreas de conhecimento a infância, adolescência, juventude e terceira idade. O objetivo principal é promover intervenção sociopedagógica para o desenvolvimento de habilidades e competências sociais que permitam às pessoas a ruptura e superação da exclusão social dadas por condições de marginalidade, violência e pobreza. Os abrigos, as unidades de internação de adolescentes, asilos para idosos, instituições psiquiátricas e unidades prisionais, a rua, a família e a empresa, são lócus privilegiado para a ação sociopedagógica.

E a intervenção é para a formação de um indivíduo participativo na sociedade através da qualidade de vida e desenvolvimento humanizado, de forma que se faça presente em sua comunidade não como mais um, e sim como alguém que reflete sobre os acontecimentos em seu redor. Mas a realidade é que muitos adolescentes se encontram em defasagem escolar, em crise de identidade e de comportamento. Segundo Charlot (2000, p.16):

Existem, é claro, alunos que não conseguem acompanhar o ensino que lhes é dispensado, que não adquirem os saberes que supostamente deveriam adquirir, que não constroem certas competências, que não são orientados para a habilitação que desejariam, alunos que naufragam e reagem com condutas de retração, desordem, agressão.

Muitas vezes, condutas de desordem e agressão revelam o desprazer no processo de aprendizagem, porque o processo de ensino não está alcançando o objetivo pelo qual foi posto.

É nesta ótica que propomos neste trabalho de conclusão de curso, a necessidade de rever diante da obrigação do Estado, as condições impostas a essas crianças em caso de abrigamento. É claro que na falta de uma família que os dê à educação e segurança necessária, atos tão importantes para o crescimento saudável de qualquer indivíduo, o mínimo é dar profissionais qualificados.

As ações pedagógicas devem, segundo Charlot (2000, p. 55), proporcionar o despertamento do móbil.

Mobilizar-se, porém, é também engajar-se em uma atividade originada por móveis, porque existem “boas razões para fazê-lo.” Interessarão, então, os *móviles* da mobilização, o que produz a movimentação, a entrada em atividade. O próprio móbil não pode ser definido senão por referencia a uma atividade: a atividade é um conjunto de ações propulsionadas por um móbil e que visam a uma meta (LEONTIEV, 1975; ROCHEX, 1995). Ações são operações implementadas durante a atividade. A meta é o resultado que essas ações permitem alcançar. O móbil, que deve ser distinguido da meta, é o desejo que esse resultado permite satisfazer e que desencadeou a atividade.

3.2 A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

A educação, segundo Izar (2011, p. 95) “é repleta de rupturas e descontinuidades que variam de acordo com a estruturação das diferentes formas de organizações ou grupos sociais ao longo do desenvolvimento da humanidade”. Levando em consideração que o processo educativo acontece em ambos os espaços sendo os espaços formais de ensino como também os informais, podemos caracterizar:

Assim, a educação foi, ao longo da história humana, ampliando seus espaços no “processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedade” (ibid, loc. Cit.). Aos processos educativos, articulados em uma série de modelos reunidos pelo ideal de uma “formação humana que é antes de tudo formação cultural e universalização (por intermédio da cultura e do cultivo do sujeito que ela implica e produz) da individualidade” (CAMBI, 1999, p. 38), deu-se o nome de Pedagogia (IZAR, 2011 p. 97).

Essa pedagogia é aplicada nas escolas em modelos formais de ensino, mas em contra ponto a essa realidade encontramos a Pedagogia social que nos apresenta um modelo educativo em espaço não escolar. Como é o caso da discussão deste trabalho, pelos quais, nos deparamos com essa realidade em casa de acolhimento institucional.

Assim, destes espaços de resistência e legitimação daquilo que não é erudito, mas é humano; da crítica ao foco no desenvolvimento individual, desconsiderando a importância que a dimensão social no espaço educacional tem para a existência (e sobrevivência) da humanidade, nasce a Pedagogia Social (IZAR, 2011 p. 99).

Observamos, na atuação do Projeto de Educação Tutorial – PET Conexões de saberes “Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas” atuando em casas de acolhimento, que há limitações na forma de assistência às crianças e adolescentes que poderiam ser minimizadas na medida em que pedagogos(as) participassem da gestão e dos processos educativos em contexto de acolhimento institucional. Nesta relação, vemos que a atuação deste profissional na vida do indivíduo acolhido tem resultados imprescindíveis ao passar dos anos na escolarização dos adolescentes.

É função do profissional pedagogo(a) levantar estratégias de desenvolvimento pedagógico para a formação humana deste indivíduo.

Nesse caso, as dificuldades encontradas por esses adolescentes institucionalizados já não envolvem somente com os problemas encontrados quanto à família, moradia e afeição, mas a escola também passa a ser um desafio a ser vencido. Na tentativa de mudança, a escola passa ser a solução de dúvida do futuro das crianças e adolescentes institucionalizados, mas em sua maioria a realidade é que a escola não corresponde a essas expectativas, devido ao modelo de educação, que não sabe lidar com o diferente; com o diferente que não tem pai ou mãe; com o diferente no sentido do seu comportamento não ser o mesmo da maioria; com o diferente em ter distorção idade/ano. Nesse sentido, para a escola se tornar significativa é necessário segundo Lira (2016, p. 7):

Que a reflexão sobre o homem e a análise crítica do meio onde vive esse indivíduo, possa gerar a aproximação entre as partes para assim transformar em afetividade. E essas ações no processo de ensino e aprendizagem são imprescindíveis para uma aprendizagem significativa. O ensino nessa perspectiva é iniciado e construído pela realidade circundante, seja de aproximação ou de distanciamento.

A questão é que a escola ainda exclui, quando deixa de considerar a dificuldade que esses adolescentes apresentam no ambiente escolar, devido a todo o contexto de conflitos familiares e mudança de moradia. Já não mais em sua própria casa e sim em casas de acolhimento. São muitas mudanças na cabeça do adolescente. E quando esse adolescente chega à escola, e não corresponde com o modelo de comportamento comum ao da sociedade, é visto como o aluno rebelde e mal comportado.

Assim, a escola como forma de repreender e corrigir o aluno disciplina-o três dias ou até mesmo uma semana sem poder ir à escola como castigo, para que o aluno mude de comportamento. A grande pergunta é, será que esse objetivo é alcançado ou na verdade essa ação faz com que o aluno não queira mais retornar a escola? Afinal o aluno perdeu conteúdo, deixou de aprender, foi repreendido publicamente como aluno mal comportado.

Essa é uma metodologia da exclusão e não de inclusão, como Gentili (2009) apresenta que o problema aparente é só a ponta do iceberg, e não como se fosse

somente ele a causa última do problema, e não é bem isso que observamos em adolescentes advindos de casas de acolhimento.

Furtado (2015, p. 95) traz uma discussão relevante em que os principais elementos percebidos relativos ao desempenho escolar quanto à dificuldade de aprendizagem, desistência e reprovação estão intrinsecamente ligadas com a indisciplina e desmotivação. O que os leva ao distanciamento com o seio escolar e conseqüentemente com os professores, atribuindo somente a eles a responsabilidade de seus próprios atos, desconsideram toda realidade vivida e experienciada pelas crianças e adolescentes de casa de acolhimento.

Por meio dos programas governamentais, as crianças e os adolescentes caracterizados como “vivendo em situação de vulnerabilidade” passam a ter um abrigo e devem permanecer lá até que a sua situação judicial seja resolvida, voltando para a sua família ou para outro lar. Em alguns casos, infelizmente o abrigo se torna um lar permanente, onde vivem até completar a maioridade (PEREIRA, 2013 p. 17).

É neste intervalo de tempo, que para algumas crianças e adolescentes duram anos e anos. E lá manifestam e se apresentam as problemáticas existentes para com este indivíduo institucionalizado. As dificuldades escolares que aparecem são: problemas básicos na alfabetização e letramento; interpretação de texto; desenvolvimento intelectual; dificuldades básicas de construção lógica; insegurança e sentimento de incapacidade diante dos colegas de classe.

No quadro de equipe técnica nas instituições de acolhimento no município de João Pessoa, o mesmo segue as Orientações e Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes (BRASIL, 2009 p.64), traz que deve compor a equipe de trabalho nas instituições de acolhimento: Coordenador, equipe técnica, educador/cuidador e auxiliar de educador/cuidador. Os profissionais responsáveis pelo processo educativo de crianças e adolescentes residentes em casa de acolhimento são os educadores sociais. Somente o educador social/cuidador, não é suficiente para dar conta das demandas que exige de um profissional qualificado na área, existente ao indivíduo institucionalizado.

Pela falta de preparo na formação do educador social, nem sempre ele estará preparado para dar-lhes com as dificuldades presentes na aprendizagem de alguns adolescentes residentes em casa de acolhimento.

A falta de acompanhamento pedagógico influenciará diretamente na formação cidadã deste indivíduo, para torná-lo empoderado, crítico e participante da sociedade ao qual este indivíduo pertence. Dentre tantos desafios, encontramos a importância da presença e atuação de um pedagogo nas casas de acolhimento, aos quais os adolescentes necessitam de orientação pedagógica tanto escolar, como para seu desenvolvimento humano.

O exercício da atuação do(a) pedagogo(a) em casa de acolhimento depende também da inclusão na LDB – Leis de Diretrizes e Bases de um profissional pedagogo atuando nos espaços não escolares como, por exemplo, em Casas de acolhimento institucional. A Lei 8069/90 no Art. 53 diz que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Mas, será que essa prática sendo executada somente na escola será suficiente para com um indivíduo que ainda está em desenvolvimento, sofrendo privações tão peculiares quanto a sua família? Se a lei assegura que é direito da criança à educação visando o pleno desenvolvimento da pessoa humana, no caso aqui a criança institucionalizada, somente o educador social sem formação específica da área, será que esse profissional dará respostas suficientes quanto à necessidade desta criança em situação de alta complexidade?

A realidade escolar de algumas crianças que têm seus pais e parentes próximos, os vendo todos os dias para corrigir e intervir em suas atividades escolares, e ainda assim o nosso país nos apresenta grandes dificuldades na aprendizagem dos estudantes brasileiros. Imagine como não será com crianças e adolescentes que tem dificuldades sérias em relação aos seus familiares, com muitas fragilidades nos vínculos familiares, persistindo a insegurança do seu destino, o sentimento de abandono claramente sobre essas crianças, qual delas realmente

estará com sua mente totalmente aberta e tranquila para uma excelente aprendizagem? A família somente não é a causa do fracasso escolar, são muitas outras questões. Uma delas são as práticas dos professores do ensino formal, além de falta de acompanhamento escolar de um profissional capacitado nas casas de acolhimento.

Diante das dificuldades apresentadas pela grande maioria dos alunos com a prática de ensino formal, além das inseguranças desses adolescentes, qual o prazer do aluno estudar? Qual sentido para o adolescente em ir a escola pela manhã? E se a escola, para esse adolescente for lugar de sofrimento? Temos que repensar para que a escola se torne lugar de prazer e aprendizado significativo.

O processo de transição da dependência para a autonomia corresponde a uma etapa longa e densa a nível emocional e a nível de conflitualidade psicológica (Steinberg, 1987, cit. por Fleming, 2004). A autonomia encontra-se assim ligada a um processo de individuação, de separação e de formação de identidade, envolve um movimento de independência em relação aos pais na tomada de decisão, nos valores, desapego emocional e comportamental (STEINBERG, 1985, cit. por STEPHEN, EASTMAN & CORNELIUS, 1988; PEREIRA, 2011 p. 4).

Pereira (2011) esclarece que para a construção da autonomia é necessário olhar o adolescente com individualização, compreendendo que é um ser singular, e com peculiaridades. É função do profissional pedagogo (a) levantar estratégias de desenvolvimento pedagógico para a formação humana deste indivíduo e muitas vezes somente a ação da escola formal não será suficiente para uma criança institucionalmente acolhida, que lhes acompanha um histórico marcado por perdas e tribulações emocionais.

Essa não-formalidade empregada na definição das ações educativas “tem servido, na maioria das vezes, para perpetuar uma condição de precarização do trabalho educativo, desconsiderando tanto a necessidade de formação pedagógica quanto as direitos trabalhistas de quem exerce a função” (IZAR *apud* SILVA *ibid.* p.102).

Essa necessidade de qualificação profissional como também da humanização da área, faz nos levar a repensar o modelo necessário para o espaço do acolhimento institucional.

3.3 A NATUREZA DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO: o fazer pedagógico no processo de formação da autonomia

Nesse tópico far-se-á um relato da experiência em Casas de Acolhimento em João Pessoa, através do Projeto de intervenção “Orientação para a vida”. O mesmo surgiu a partir das experiências no Programa de Educação Tutorial - PET/Conexões de Saberes Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas. No ano de 2017 exercia a função de mediadora educacional e acompanhava duas adolescentes com distorção idade/ano, com visitas realizadas semanalmente no tempo de duas horas para cada uma, tempo este, considerado insuficiente para atender as demandas de suas dificuldades de aprendizagem.

Esse projeto, em anexo, foi pensado para os adolescentes que estão próximos da saída das casas de acolhimento, pois, a grande maioria quando alcançam a maioridade e saem das casas de acolhimento institucional, retornam a situação de vulnerabilidade social. Ao ver esses adolescentes prestes a sair da casa de acolhimento, que na grande maioria não são adotados e nem reintegrados em suas famílias até os 18 anos de idade, tendo que assumir suas próprias vidas. O problema é que ao se perceberem na maioridade, em sua maioria apresentam distorção idade/ano, o que dificulta para candidatar-se ao mercado de trabalho, que são competências mínimas para uma seleção de emprego, desta forma intensifica seus conflitos e dificuldades.

O projeto de intervenção nasceu a partir do guarda chuva maior das ações no PET- Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, articulados ao subprojeto LEHIA – Letramento e Escolarização a partir de Histórias Individuais para Autonomia. Ao vermos a necessidade de contribuir de forma significativa para a autonomia dos adolescentes.

Toda a base teórico-metodológica das ações do projeto foi pensada a partir da Pedagogia Social, que se constroem sobre as ações de aprendizagens a partir dos quatro pilares da UNESCO (DELORS, 2003), aprender a conhecer, que implica em aprender a ter curiosidade; aprender a ser, com o objetivo de por em prática; aprender a fazer de forma a influenciar o seu entorno; aprender a conviver, relacionando-se e cooperando com os demais que habitam ao seu redor como reflexo da alteridade do sujeito.

Nesta relação com a sociedade como nos traz a Pedagogia Social, objetivamos diferentes formas de atuação do(a) pedagogo(a). Assim surgiu o Projeto “Orientação para a vida”. Com o objetivo de possibilitar reflexões aos sujeitos adolescentes, relacionadas à autonomia e práticas de como lidar com os conflitos da vida, de forma a contribuir na superação das situações de fracasso, nesta fase de preparação para a saída das casas, possibilitando reflexões sobre temas relacionados à qualidade de vida.

Os temas propostos nas ações foram: *Educação financeira* - com o objetivo de fomentar de forma crítica de como lidar com o dinheiro; *Propósito de Vida* - para desenvolver um olhar crítico reflexivo quanto seu propósito de vida; *Conhecer a si mesmo* - propondo o conhecimento de sua personalidade e como lidar com os sentimentos e o último tema abordado é *Entrevista de Emprego* - proporcionando preparo para uma entrevista de emprego, como também a construção de um currículo.

A intervenção foi realizada em cinco encontros, em cada uma das três Casas de Acolhimento localizadas na cidade de João Pessoa. As oficinas foram em formato de rodas de conversa, com uma apostila personalizada com seus nomes na capa, trabalhando a partir da construção da apostila a singularidade dos sujeitos.

As visitas foram agendadas antecipadamente para apresentação das ações às coordenadoras das Instituições de acolhimento, aos quais escolhiam os adolescentes que participariam da ação. Cada encontro a ser realizado, foi apresentado aos coordenadores das casas de acolhimento, com o projeto impresso em mãos para que os coordenadores das casas pudessem vislumbrar de como seria as ações. Exatamente pela importância dessas ações, que em sua proposta vem para auxiliar as casas de acolhimento no trabalho da autonomia dos sujeitos institucionalizados, tivemos uma total abertura para as ações do projeto pelos coordenadores das casas, por verem através do projeto, a importância da projeção da autonomia, pelas quais é de responsabilidades das casas de acolhimento.

Os encontros foram semanais com 3 horas de duração cada. Cada oficina variou entre estudos específicos para cada tema, com reflexões e diálogo através de vídeos e atividades pedagógicas, para que eles vivenciassem na prática, os custos financeiros para manter-se na vida e ao mesmo tempo, fossem críticos, quanto ao que lhes é proposto através de propagandas de objetos de desejo e consumo.

Levando-os sempre a reflexão de como lidar com o dinheiro, e que o autocontrole será sempre necessário para com os desafios que nos aparece diariamente.

Após a efetivação completa da ação, foi entregue um certificado de participação para cada, como forma de gratidão para com a responsabilidade de iniciação e término. As ações propostas possibilitou trazer reflexões sobre práticas de como lidar com os conflitos e desafios da vida. De forma a contribuir para uma mudança nas situações de fracasso para a fase da maioridade (18 anos) que logo estarão fora da casa de acolhimento, os mesmos são direcionados a sair das Casas, quando não estarão mais tutelados pelo Estado.

A Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742/93 no Cap. II Art. 4º diz que a assistência social rege-se por meio de “respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;” é nessa contribuição a partir do direito atribuído a esse adolescente para que se faça valer do direito adquirido, de forma que essa prática seja constante nas casas de acolhimento.

O livro de Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (BRASIL, 2009 p. 49), diz que é responsabilidade das casas de acolhimento promover o “Fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem e preparação para desligamento do serviço;”. As ações do projeto nos proporcionou refletir sobre como estava sendo feito as atividades pedagógicas nas casas de acolhimento. Além da equipe técnica existente nas casas repensar seu modelo pedagógico de educação. Desta forma, compreendemos que promover a reflexão e a crítica é um caminho pedagógico para se conseguir fazer conexões e possibilitar a transformação de atitudes, contribuindo com a apropriação de sua vida.

Essas ações proporcionaram pensar também sobre a formação do curso de Pedagogia, a práxis pedagógica em espaço não escolar. Ampliando a visão quanto a variedade do campo de atuação do Pedagogo, repensando sobre as ações pedagógicas feitas em casas de acolhimento. Pois, trata-se de um espaço pouco explorado nos cursos de Pedagogia, um olhar de atuação do pedagogo que vai para além das paredes da escola e de um modelo formal de ensino. Sabemos que isso tem contribuído para a construção do fazer pedagógico, como também na formação dos profissionais Pedagogos que tem atuado nas casas de acolhimento.

4 PESQUISA EMPÍRICA: discussão das práticas educativo-sociais em casas de acolhimento

Esse trabalho de conclusão de curso é resultado de uma pesquisa, que se insere no Programa de Educação Tutorial (PET) intitulado “Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas”, desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba, bem como no Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia, Trabalho Educativo e Sociedade (GEPPTES). A inserção no Programa nos viabilizou leituras programáticas e diálogos sobre a temática, refletindo sobre as ações realizadas em casas de acolhimento de João Pessoa. Os marcos teórico-metodológicos estudados nos encontros do Programa e do Grupo nos possibilitou aproximação com o campo analisado, desenvolvendo uma compreensão mais crítica sobre os aspectos levantados para a construção do referido trabalho.

As referências estudadas nos encontros do grupo se configuram como fontes para as especificidades destacadas no saber-fazer profissional, principalmente, para acrescentar e fortalecer a identidade da Pedagogia como conhecimento e profissão, pensando nas ações exercidas em casa de acolhimento.

As leituras prévias sobre o campo pesquisado e as ações de intervenção nas casas no contexto do Programa, resultou nas produções de trabalhos publicados intitulado “A Sociedade dos excluídos e os desafios de superação em casas de acolhimento” (LIRA, 2017) apresentado no Congresso Nacional de Educação. No ano seguinte no mesmo evento “Vivências e reflexões pedagógicas junto a adolescentes residentes em casas de acolhimento”: uma experiência do PET – Programa de Educação Tutorial – Conexões de Saberes - Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas (LIRA; VITORINO, 2018), como também a apresentação de trabalhos no ENEX – Encontro de Extensão da Universidade Federal da Paraíba, intitulado “Casa de acolhimento: uma reflexão sobre a exclusão” (LIRA; VITORINO, 2017) e Projetos “Orientação para a vida” e “Oficina Projeto de vida”: ações de intervenção em casas de acolhimento institucional (LIRA; SILVA, 2018). Há, ainda, o artigo intitulado “Orientação para a vida”: O fazer pedagógico no processo de formação da autonomia (LIRA, 2018), que sairá no final do ano de 2018 em uma publicação em livro do PET – Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas.

4.1 PROCESSOS METODOLÓGICOS

O processo metodológico e analítico da pesquisa foi construído a partir das ações de intervenção do PET, que nos causou questionamento a serem levantados durante as ações de intervenção. Isso nos provocou indagações a serem respondidas, colaborando para a construção dos resultados e a relevância do campo e das práticas investigadas. Ressalta-se também o entrelaçamento das concepções teóricas e metodológicas para a construção deste trabalho como peças fundamentais para o processo de organização da pesquisa. Nesse sentido, compreendemos a metodologia como um conjunto de processos que “deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática” (MINAYO, 1992, p. 16).

Para compor o processo metodológico da pesquisa, organizamos as etapas de coleta de dados: a primeira foi através de levantamento dos locais que desenvolvem atividades de acolhimento na cidade João Pessoa, para identificar se há pedagogos (as) que se inserem no âmbito educativo-social; a segunda fase da pesquisa ocorreu por meio da aplicação de entrevistas gravadas junto aos (as) coordenadores das casas de acolhimento.

Assim, partindo de concepções das relações entre sujeito e objeto, levando em consideração a articulação de questões epistemológicas e sociais, utilizou-se o método de pesquisa qualitativa exploratória de campo, pois este método permite a investigação mais precisa sobre o comportamento humano, como apontam Bodgan e Biklen (1994, p. 70):

Os investigadores pensam que o comportamento humano é demasiadamente complexo para que tal seja possível, considerando a busca de causas e predições negativamente, no sentido de que esta dificulta a capacidade de aprender o caráter essencialmente interpretativo da natureza e experiência humanas. O objectivo dos investigadores qualitativos é de melhor compreender o comportamento e experiência humana. Tentam compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrever em que consistem estes mesmos significados. Recorrem à observação empírica por considerarem que é em função de instâncias concretas do comportamento humano que se pode reflectir com maior clareza e profundidade sobre a condição humana.

Compreender essas questões que circundam o processo de investigação da estruturação metodologicamente colabora para que os dados sejam sistematizados, levando em consideração os elementos essenciais da pesquisa.

4.1.1 Campos e sujeitos da pesquisa

Após o processo de localização acerca do campo a ser pesquisado, iniciamos às ligações para agendamento das entrevistas com os coordenadores das casas de acolhimento, a fim de elencarmos os espaços que continham pedagogas (os), como também saber como se desenvolvia os planejamentos educativos para aplicação do instrumento de coleta de dados. O campo exploratório que se incorpora nesta pesquisa, ocorreu através do mapeamento dos espaços de acolhimento institucional, realizado na cidade de João Pessoa/PB.

Das nove casas de acolhimento existentes na cidade de João Pessoa, somente foi possível executar as entrevistas com quatro das nove casas. Pois, o período de coleta de dados não cooperou para o mesmo, por se tratar de semana de atendimento jurídico nas casas de acolhimento da referida cidade. Devido a isso, não foram poucas as ligações para agendamento, mas infelizmente não foi possível na maioria delas. O que nos provoca a dar continuidade nesta pesquisa em outro momento oportuno.

Dentre as nove casas existentes em João Pessoa elas se intitulam: Casa Lar Manaíra; Casa Feminina; Casa Masculina; Missão Restauração; Padre Pio; Casa de acolhida Jesus de Nazaré; Casa de acolhida Morada do Betinho; Casa Shalon e a Casa Diagnóstica. As quatro casas onde foram feitas as entrevistas, são: Casa Shalon; Casa de Acolhida Morada do Betinho; Missão Restauração e Casa Feminina. Somente foi possível a entrevista nestas casas devido à aproximação com os coordenadores, pois as referidas casas são abarcadas pelo projeto de extensão PET – Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, onde estamos, semanalmente, executando as ações do projeto.

Os sujeitos da pesquisa foram os coordenadores responsáveis pelas casas de acolhimento dois com a formação em Serviço Social, um com graduação em História e pós-graduação em Psicologia e uma em Pedagogia. Somente em uma única casa encontramos uma coordenadora com formação em Pedagogia atuando

como coordenadora administrativa. Essa participante sublinhou que lhe parecia impossível executar um trabalho abrangendo sua formação devido à demanda das questões administrativas da casa.

Das quatro casas de acolhimento somente uma, há pedagogo atuando na função de pedagogo. É exatamente nesta casa que houve mudança de coordenação há apenas um mês, de modo que o coordenador novato solicitou à pedagoga que respondesse a entrevista.

O campo de exploração da pesquisa é elemento fundamental deste trabalho, de modo que a aproximação com as casas possibilitou o reconhecimento das especificidades pouco visibilizadas nas instituições formadoras de pedagogos (as).

4.1.2 Instrumentos e procedimentos para coleta de dados

O instrumento de coleta de dados foi aplicado através de entrevistas gravadas e estruturadas, sendo um total de nove perguntas que perpassavam a atuação do pedagogo, sua importância para a instituição e o processo educativo nas casas de acolhimento como era realizado, partindo da aproximação com o campo empírico.

Esses instrumentos foram construídos embasados pela Teoria Fundamentada, a qual fornece concepções estruturais para o processo de produção de dados, pois a Teoria Fundamentada permite a organização dos elementos observados a partir do contato com o campo empírico, por isto não se espera a apropriação de elementos do campo para desenvolver os instrumentos, este vai ser construindo na medida em que se insere no campo (STRAUS; CORBIN, 2002).

Assim, o instrumento foi organizado em torno de três aspectos: Atuação de pedagogo (a), a relevância do (a) pedagogo (a) para a instituição e as estratégias de planejamento no processo educativo. Com estes aspectos, pretendeu-se explorar, para conhecer e discutir neste trabalho a realidade apresentada.

Por fim, destacamos que para realização do processo de exploração do campo e contato com os sujeitos das pesquisas, as entrevistas foram realizadas respeitando os critérios que envolvem as relações humanas e por isso, esta pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética, seguindo o que preconiza a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). Além disso, apresentou-

se aos entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aos quais expõe os benefícios esperados e os riscos previsíveis.

4.1.3 Métodos de análise

A partir das informações coletadas através das entrevistas, foram construídas com base nos objetivos descritos por este trabalho, a elaboração do processo de categorização das respostas que se fundamentou no método de Análise de Conteúdo, conforme as orientações de Bardin (2010).

A autora explica que esta técnica visa trabalhar com as unidades de textos, formando categorias temáticas que nos ajudam a explorar e explicar melhor o texto resultante da transcrição das entrevistas confrontando o *corpus* do texto com os objetivos da pesquisa e, posteriormente, problematizá-lo com base no debate teórico construído no trabalho. Como ela descreve, essa análise ocorre por meio de "*três polos cronológicos*: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação." (BARDIN, 2010, p. 121). E ainda:

Consideramos que a obra de Laurence Bardin possui uma ancoragem consistente no rigor metodológico, com uma organização propícia à compreensão aprofundada do método e, ao mesmo tempo, traz aos pesquisadores um caminho multifacetado que caracteriza a Análise de Conteúdo como um método que, historicamente e cotidianamente, produz sentidos e significados na diversidade de amostragem presentes no mundo acadêmico (FARAGO; FOFONCA, 1983, p. 4).

Através da categorização, parte do processo de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2010), este processo possibilita que o ordenamento das ideias centrais da entrevista sejam retiradas e problematizadas, conforme explica a autora:

A partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. A categorização tem como primeiro objectivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados em bruto (BARDIN, 2010, p. 147).

O método pode ser utilizado em processos qualitativos e quantitativos, através de aportes distintos possibilitando ao pesquisador uma aproximação com os resultados para tratamento dos mesmos.

No próximo tópico, apresentamos os elementos identificados através do

tratamento dos dados coletados, mediante as falas concedidas pelos(as) coordenadores(as), cuja finalidade colabora para demarcarmos o que foi objetivado deste trabalho.

4.2 PROCESSO ANALÍTICO DAS CATEGORIAS

Para a análise das categorias, Bardin (2010, p. 147) explica "é fornecido o sistema de categorias e repartem-se da melhor maneira possível os elementos à medida que vão sendo encontrados". Assim, apresentamos as categorias identificadas e a construção teórica que refuta as questões desenvolvidas.

Apresentaremos como forma de identificação e preservação da identidade dos (as) entrevistados (as), a utilização do termo "Coordenador", correspondendo a C1, C2, C3 e C4 para cada sujeito entrevistado e que colaborou com a pesquisa.

4.2.1 Atuação de pedagogo (a) na instituição de acolhimento

A Constituição Federal de 1988 reza ao indivíduo o direito à educação, disponibilizando escola pública para que o(a) mesmo(a) seja escolarizado(a). Mas ao retirá-lo do seio familiar por situações de vulnerabilidade, é necessário suprir algumas necessidades existentes a este indivíduo institucionalizado. Diante destes desafios, são necessários profissionais que acompanharão o desenvolvimento deste indivíduo a conduzi-lo ao exercício da cidadania, atentando para a integralidade de seus direitos.

Entre estes profissionais que atuam em casas de acolhimento estão: Assistentes Sociais, Psicólogos (as), Educadores (as) Sociais e coordenadores (as) institucionais. Para cada casa de acolhimento é necessário um profissional destes anunciados acima atuando na casa, somente os Educadores Sociais que irão variar a quantidade, dependendo do número de acolhidos e duplicado isso aos plantões noturnos a serem prestados na instituição.

Nesse sentido, vale questionar porque não ter um(a) profissional pedagogo(a) atuando nas casas de acolhimento institucional? Diante da compreensão de que a atuação do (a) pedagogo (a) não se restringe somente ao espaço escolar, visualizamos a inserção desse(a) profissional no contexto do acolhimento

institucional como um elemento potencializador de processos que assegurem o Direito à Educação à crianças e adolescentes em um sentido mais amplo do que o direito à escolarização.

Na perspectiva de Sader (2007, p. 80), “[...] educar é um ato de formação de consciência [...]” que envolve valores, conhecimentos e necessariamente, a capacidade de compreensão; de modo que o processo educativo ultrapasse os limites da educação formal e dos espaços escolares, devendo criar condições para que se rompa com a visão alienada e se caminhe em direção à compreensão crítica de si, do mundo e da inter-relação de ambos (LEAL, 2017, p. 12).

O processo educativo nas instituições de acolhimento é tão importante quanto os processos educativos realizados nas instituições escolares de espaço formal de ensino. Ambas não devem ser diferenciadas e sim igualadas no sentido de sua importância. Severo (2017, p. 2123) nos alerta:

No Brasil, começa a deflagrar-se, em diferentes focos institucionais e sob a articulação de movimentos populares sociais e grupos acadêmicos, eventos e publicações que tematizam isso que parece soar como uma nova Pedagogia, quando, na verdade, esse termo remete a uma longa tradição teórico-metodológica de mais de dois séculos e cujo desenvolvimento histórico atravessa diferentes estágios, manifestando uma expressiva densidade e riqueza conceitual que, sem dissociar-se da própria Pedagogia, dinamiza, redimensiona e amplia o raio de reflexão e proposição pedagógica em torno dos processos de socialização humana em diferentes contextos socioeducativos.

Na relação desses diferentes contextos socioeducativos, observamos como contemplada essas ações que permeiam em torno das casas de acolhimento institucional, que não se distancia da Pedagogia escolar, mas que se alonga para outros espaços socioeducativo.

Nos trechos a seguir é possível visualizar a dimensão da formação para o exercício profissional como coordenadores nos espaços das casas de acolhimento institucional em João Pessoa. Observa-se, inicialmente, que somente uma das coordenadoras possui o curso de Pedagogia, mas como uma das falas dela, não atua com melhor qualidade na sua área devido aos muitos compromissos da casa.

Ao serem entrevistados (as) (C1) disse que *tem 48 anos de idade, do sexo feminino, é formada em serviço social e há 20 anos está atuando na casa de acolhimento.* (C2) disse ter *30 anos, do sexo feminino, formada em Serviço Social, está atuando há 4 anos. A casa recebe meninas adolescentes em drogadição e*

orfandade. O público que a casa era acostumada era situação de rua, abandono familiar, e álcool. (C3) informou que tem 55 anos, sexo feminino, formação em Pedagogia e atua como coordenadora da casa há 03 anos e oito meses. (C4) disse que tem 46 anos, do sexo masculino, assumiu a um mês a casa de acolhimento, é formado em Música, História, Teologia, com pós graduação em Psicologia e Ciências das Religiões.

Como visto, as formações variam de acordo com cada casa de acolhimento. Somente a C3 tem o curso de Pedagogia, mas a sua colocação profissional a impossibilita de pensar as ações de forma a desenvolver um acompanhamento pedagógico mais aproximado.

O entrevistado C4 é o único homem na coordenação de casa de acolhimento abarcada por nossa pesquisa, mas o mesmo assumiu a coordenação da casa há apenas um mês, o que, na sua visão, impossibilitou de nos responder as questões da entrevista. O mesmo solicitou que a pedagoga respondesse, sendo a casa onde trabalha a única que tem um profissional pedagogo contratado para atuar como tal na cidade de João Pessoa.

Nesta categoria de atuação de pedagogo na casa de acolhimento institucional, na entrevista foi questionado se havia pedagogos (as) contratados para atuar na instituição e o que obtivemos assim foi por eles descrito.

Tivemos algumas voluntárias algum tempo atrás, e assim, é de muita utilidade, muita mesmo, porque principalmente aquelas que têm dificuldade na leitura na matemática e eu acho que elas tem a arte de as fazer compreenderem melhor essas disciplinas, faz com que elas se desenvolvam mais rápido, aprendendo mas rápido, principalmente a da leitura que é uma das dificuldades[...] Hoje, temos alguns estudantes voluntários que é do projeto de Quézia né, e elas vem voluntariamente dar reforço, algumas delas, tem duas que são bem acompanhadas mesmo, duas não, três. Toda semana elas vem e passam uma, duas horas com elas, ajudando no reforço escolar delas (C1).

Pedagogo atuando hoje na casa não, não temos nenhum pedagogo, desde que estou nesta instituição nunca houve esta contratação. Apesar de pela tipificação existir mas ser um ponto que é opcional ter ou não, não temos mas temos parceria com a UFPB com os projetos que são executados na casa que tem atuação de um pedagogo. A experiência tem sido boa, relevante! (C2).

Eu acho que seria fundamental principalmente por ser a maior dificuldade que a gente tem na casa exatamente essa, esse acompanhamento pedagógico que a gente tem como equipe técnica são muitas. Então apesar do projeto, mas a gente não tem um tempo maior com esse profissional, por exemplo, as meninas do projeto vêm uma vez na semana na casa e é muito pouco, a gente precisava de alguém que estivesse atuando na casa entendeu? Porque às vezes foram as dificuldades que eles vão passar, às vezes duas horas cada um deles e aí mas aí hoje amanhã já aparece um outro desafio da escola, aparece um outro questionamento que eles querem tirar com a mediadora, mas só daqui a oito dias entendeu? aí dificulta. Eu acho que em todas as casas de acolhida deveria ter o profissional de pedagogia sabe! Eu acho que ia ajudar muito (C3).

Sim existe pedagogo na instituição, que nessa atuação eu exerço né, existe também atuação de estudante de pedagogia estudante de psicopedagogia e estudante de história que atuam na Instituição, então existem duas estudantes de pedagogia que elas vão diretamente para a casa... então elas atuam lá né elas são do projeto da UFPB o PET- Programa de Educação Tutorial... Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas. Então esse projeto é coordenado pela professora Quésia elas atendem a dois adolescentes, né no caso dois adolescentes (C4).

A pergunta em questão era se havia um profissional com formação em Pedagogia para atuar na sua área como coordenador pedagógico das ações a serem desenvolvidas na casa de acolhimento, mas através das respostas, obtivemos que não há pedagogos(a) na maioria das casas contratados para desenvolver essas ações, somente há voluntários do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba envolvidos em projeto de extensão, que fazem acompanhamento pedagógico aos adolescentes acolhidos.

Isso nos faz refletir quanto ao comentário da C3: as meninas do projeto vêm uma vez na semana... é muito pouco, a gente precisava de alguém que estivesse atuando na casa entendeu?... As dificuldades que eles vão passar, às vezes duas horas cada um deles e aí hoje, amanhã já aparece um outro desafio da escola... mas só daqui a oito dias entendeu? Aí dificulta.

Somente uma atividade de extensão universitária, com alunos de graduação, duas horas de duração uma vez por semana, não parece suprir uma necessidade de construção de processos educativos que se consolidam na rotina institucional

pensando na formação para a cidadania do indivíduo institucionalizado. Reconhecemos, porém, a importância do trabalho exercido pelo projeto de extensão acima citado, que tem contribuído significativamente para a proposta da universidade pública que se propõe ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

Assim, retomamos a discussão apresentada anteriormente quanto ao direito a educação negado ao indivíduo, ações essas insuficientes pelo acompanhamento escolar no modelo formal de ensino. Sem uma compreensão clara das ações pedagógicas necessárias ao indivíduo, não teremos cidadãos que compreendem com clareza o seu papel nesta sociedade.

A entrevistada C4 afirma ser a profissional que desenvolve esse papel na instituição de acolhimento ao qual ela faz parte, que pelos dados levantados é a única Pedagoga contratada em casa de acolhimento na cidade de João Pessoa.

Aos perguntarmos aos coordenadores qual seria o papel de um pedagogo na instituição, eles assim se posicionaram:

Seria de orientar elas, trabalhar essas dificuldades nelas, de poder ajudá-las para elas poderem ter uma autonomia futuramente né, porque ninguém sabe quanto tempo elas vão ficar em uma instituição de acolhimento, então as vezes elas saem daqui sem nenhuma perspectiva porque não tem nada de aprendizado, quando tem um pedagogo isso ajuda em muitas coisas...é de extrema necessidade ter um pedagogo! (C1).

Acredito que justamente isso acompanhar elaborar um planejamento da educação questão de reforço escolar questão de Déficit na disciplina. Acompanhar até na própria escola fazer um incentivo maior eu acredito que seja isso (C2).

Eu acho que seria fundamental principalmente por ser a maior dificuldade que a gente tem na casa exatamente essa, esse acompanhamento pedagógico que a gente como equipe técnica... não tem um tempo maior (C3).

Que ele tem um papel fundamental, porque ele trabalha diretamente com a educação dos acolhidos, então a gente envolve muita coisa envolve a didática envolve o planejamento envolve né é uma metodologia de ensino, que a gente possa adquirir um aproveitamento, rendimento escolar de cada, é um trabalho de formiguinha mas também é um trabalho que a gente vê que vem superando a cada dia né pelo acompanhamento diariamente aos acolhidos, esse acompanhamento pedagógico ele abrange o reforço escolar né E também as atividades que as

crianças trazem da escola então, nas atividades como também o reforço e trazer leituras para os meninos... Cada um faz uma leitura faz atividades de matemática então assim e quando é identificada alguma dificuldade que eles têm, então é trabalhado, mais nesse intuito de trabalhar dificuldade para que ele venha superar. E, além disso, o papel do pedagogo ele vai além de só acompanhamento pedagógico, como equipe técnica da casa também tenho que fazer relatórios, visitas domiciliares, conseguir um curso profissionalizante, procurar cursos de informática, então assim é tudo que venha contribuir para a educação deles. Então essas visitas domiciliares que eu citei antes é referente a alguns que estão para ser reintegrado a família. Então a gente tem que fazer aquelas visitas para ver como é que tá a família através de relatórios, dizer se ela tem condição de receber as crianças de volta, como é que tá a perspectiva ou não das crianças em voltar para casa, e é isso! (C4).

Observamos que os coordenadores C1, C2, C3 sabem e reconhecem a necessidade de um profissional na área, mas não são claros quanto ao papel profissional de um(a) pedagogo(a) na instituição de acolhimento. Razão essa também vista pela própria formação no curso de Pedagogia, pois, não há disciplinas específicas no curso que abarquem tal temática de preparo para o discente em formação. Como nos relata a C1, *que fosse mais estimulado esse tipo de projetos dentro da universidade, principalmente as universidades públicas que dessem a oportunidade aos alunos de verem uma outra realidade além de dentro de uma sala de aula, mais uma oportunidade também de casas de acolhimento, o que acontece, o que é preciso... é interessante que o pessoal da universidades se interessa mais por isso, por essa causa, veja isso com bons olhos e procure nos ajudar mais.*

Sacristán (2013, p. 24) diz que o currículo dos cursos de formação deve contemplar aspectos culturais, sociais, políticos, devido a complexidade da educação e de elementos que estão para além do contexto escolar. O autor afirma que “exige-se, portanto, que o currículo seja expresso em um texto que contemple toda a complexidade dos fins da educação e desenvolva uma ação holística, capaz de despertar nos sujeitos processos que sejam propício para o alcance desses objetivos”.

Desafio esse, que será encontrado pelo profissional em Pedagogia, quanto a atuação em espaço não escolar, exigirá desse profissional uma constante busca externa ao curso, para aprofundamento em sua área.

A C1 nos traz o objetivo maior para atuação de um(a) pedagogo(a) em casa de acolhimento, pois a razão para existir a presença de um profissional pedagogo em casas de acolhimento é que é necessário construir em crianças e adolescentes distantes de suas famílias, a construção social para a cidadania. Cidadania essa representada pela autonomia, o reconhecimento dos seus direitos e deveres nesta sociedade, em saber o caminho para buscar saídas no seu processo de desenvolvimento para a entrada na fase adulta. Franco (2016, p. 513) nos esclarece que a “confluência das condições anteriores decorre a inevitável aridez e falta de sentido e direção nas práticas pedagógicas. Considero que a prática docente, sem os fundamentos da dinâmica pedagógica a nutri-la e reconstruí-la, perde suas possibilidades de ensinar/educar/formar”.

Quando o profissional perde o sentido para a execução de ações com objetividade, claro que para isso um profissional com formação na área, o mesmo trará maior contribuição para o desenvolvimento do indivíduo, no processo de ensinar, educar e formar para a cidadania.

Já a C4 nos apresenta com clareza as ações a serem desenvolvidas porque ela tem formação em Pedagogia e está na instituição para desenvolver-se através de sua formação. A contratação específica como funcionária para a área a ser trabalhada, traz objetividade nas ações a serem desenvolvidas na casa, de forma a minimizar os efeitos contrários sobre a vida das crianças e adolescentes residentes em casa de acolhimento. O acompanhamento escolar, como também a organização no processo de desenvolvimento da rotina diária dos adolescentes, faz a diferença, quando ela traz a preocupação com a leitura de livros para aprendizagem dos acolhidos, para o desenvolvimento da interpretação do seu contexto existencial.

Mas observamos em sua fala, que a execução das tarefas de um(a) pedagogo(a) vai além do acompanhamento pedagógico, vemos a mistura de ações desenvolvidas que exigiriam outros profissionais atuando, como por exemplo, na ida da Pedagoga a procura de cursos profissionalizantes como também visitas à casa dos acolhidos, para a preparação da reintegração familiar, buscando saber como está a situação da família. Isso demonstra a caracterização da falta de um profissional que atue na área específica, que neste caso seria um(a) Assistente Social, como pode ser visto na fala de (C4).

Posso dizer que trabalhar na casa de instituição né é diferente de trabalhar numa escola, né que é um público diferente, trabalhar com o público de alta complexidade, e alta complexidade como eu citei antes, educacional, social né então emocional, é um público diferente então o pedagogo além dele ter essa carga de tudo o que ele estudou, então na prática, a prática diária é o que vai ensinar ele a trabalhar, a lidar com as emoções dos acolhidos, suprir a necessidade de cada uma, em entender que cada um tem um modo de aprender diferente. Não é querer ensinar um e da mesma forma ensinar o outro, porque eles têm aprendizado diferente, eles tem uma cognição diferente, então é respeitar e respeitar as particularidades de cada um, na hora de ensinar, na forma de como fazer uma abordagem da temática. Então até na forma de como falar para que ele venha entender, então tudo isso é uma forma de adquirir né que esse acolhido, essa criança ou adolescente, venha ter uma aprendizagem e que a gente venha ter resultados positivos deles.

Por ela ter esse olhar da área, traz consigo peculiaridades da função, afinal a formação como o exercício para a função, faz compreender que a formação do curso de pedagogia é insuficiente para a construção de um profissional capacitado para tal desenvolvimento, tendo que dar-lhes com a alta complexidade, o que exige muito mais do profissional.

4.2.2 Atuação do educador (a) social na instituição de acolhimento

As ações implementadas por educadores sociais/cuidador nas instituições de acolhimento da cidade de João Pessoa, se resumem em cuidado, afeto, passeios culturais e controle de horários de ida a escola, como também o retorno da mesma. No livro *Orientações e técnicas para Acolhimento de crianças e adolescentes* (BRASIL, 2009, p. 66) diz que:

Educador/cuidador: perfil formação Mínima: Nível médio e capacitação específica desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes [...] as principais atividades desenvolvidas: Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade; Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços

requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento; Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior.

As atividades de cuidado para com a criança ou o adolescente acolhido, se dão no acompanhamento instrutivo, ao qual quem faria esse papel seria a família (pai, mãe, tio(a), avó entre outros...), mas agora devido ao caso específico de acolhimento institucional, se dá pelo profissional intitulado educador/cuidador.

Interessante notar que ao final das diretrizes quanto ao desenvolvimento das ações a serem feitas pelo papel do educador/cuidador vemos a seguinte descrição:

Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento; Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (BRASIL, 2009, p. 66).

Para que essas ações proporcionem autonomia nos sujeitos acolhidos é necessário, preparo, formação, objetividade nas ações, intencionalidade e comprometimento com o método escolhido para agir conforme a necessidade.

Para que as casas de acolhimento proporcionem o pedido de solicitação para obter um profissional Pedagogo na instituição de acolhimento, é necessário verbas para a aquisição de mais um profissional para atuar em um campo específico. O que nos esclarece que as políticas públicas ainda estão em falha quanto à compreensão da necessidade gritante desse profissional, como campo de atuação para melhor atender os indivíduos institucionalizados.

Leal (2017, p. 28) nos traz que “Os profissionais que atuam nesses espaços precisam, pois, se apropriar das leis e dos demais documentos que reconhecem o direito à educação como garantia fundamental, bem como daqueles que estabelecem parâmetros para o funcionamento de instituições de acolhimento”.

A dificuldade que observamos é que esses profissionais, em sua maioria, por não terem uma formação, muitos deles não sabem nem mesmo dos seus direitos, quanto mais do direito a educação que tem as crianças e adolescentes institucionalizados. Para o profissional que atua em casa de acolhimento, para exercer a função de Educador Social/cuidador não é requerido ter formação

profissional, somente o ensino médio, para auxiliarem o educador/cuidador somente ter o ensino fundamental.

As transformações em curso no mundo do trabalho atingem intensamente o conjunto dos trabalhadores da esfera pública e privada e os vínculos que estabelecem, expressas pelo grande crescimento das formas flexíveis e precárias de trabalho – informal, parcial, temporário, terceirizado – sem o direito às garantias derivadas do trabalho assalariado “com carteira assinada”. A implantação do SUAS exige novas formas de gestão do trabalho e certamente a ampliação do número de trabalhadores é condição essencial, ao lado de processos continuados de formação e qualificação. (BRASIL, SUAS, 2008, p. 36).

A necessidade de mão de obra barata intensifica essa quantificação de pessoas nesses espaços, mas não os qualifica para o desenvolvimento dessa ação. Sendo necessária formação específica, não somente inicial para a função, mas ações de formação continuada para o desempenho de um papel tão importante que é a participação do processo educativo na vida de outra pessoa, em processo de transição para a fase adulta.

Nos trechos a seguir discutiremos sobre atuação do educador social e qual era o papel desenvolvido pelos mesmos, conforme explicado pelos entrevistados.

O educador social é o meu esposo, no caso a função dele é de tentar reeducá-las, porque infelizmente elas vem com déficit muito grande, trabalhar em relação a cidadania, a vida como um todo, as relações entre irmãs, trabalhar a socialização para poder ter um rendimento melhor na vida delas (C1).

Orientar, cuidar acompanhar encaminhamentos, é basicamente isso [...] e essa relação com as meninas vai de educador para educador, uns exercem o papel do psicólogo no sentido de orientar até a questão de melhorar a autoestima, alguns fazem trabalhos lúdicos com as meninas, acompanha passeio, acompanha nos encaminhamentos rotinais da casa, nas tarefas escolares, faz o papel que é basicamente de orientador em todos os aspectos da vida delas (C2).

É um contexto amplo, porque o educador está aqui para educar (a princípio), para ajudar o acolhido a ser melhor, vamos dizer assim né? cuidar das roupas, das disciplinas, cuidar deles mesmos, tem várias situações que a gente precisa do educador, para levar para um médico para levar para um acompanhamento, por exemplo, a psicóloga da casa saiu agora para acompanhar uma acolhida para um

atendimento psicológico, que isso poderia ser feito por um dos educadores entendeu?(C3).

É uma referência de mãe pelo que eu vejo o cuidado que ela tem o apreço pelos meninos né. Tanto as crianças como os adolescentes tem aquele olhar de mãe mesmo de cuidar né e procurar saber como é que eles estão de arrumar para ir para escola de cortar as unhas de quando chegar a hora de tomar banho manda fazer a filinha do banheiro e parar e observar se os dentes estão escovados, se lavaram as mãos antes da refeição. Então ela tem toda essa preocupação eu vejo uma mãe para com os meninos né então assim é como referência de educador social a educadora social. [...] da hora do almoço, na hora do jantar, da hora do café da manhã,ela é uma pessoa que é muito dedicada para os meninos e eles tem um respeito muito grande com ela de atender de obedecer, então assim a gente ver né, essa postura dela com que ela tem é uma postura de autoridade ao mesmo tempo uma postura de uma pessoa carinhosa afetiva e que os meninos abraçam mesmo, eles têm um maior carinho por ela (C4).

Como consta nas respostas dos entrevistados C1, C2, C3 e C4 apenas comprova toda a discussão realizada nos capítulos anteriores, conforme a exigência de atuação da função a eles dispensada. As aproximações deles partem para a afetividade na relação educador/acolhido. Segundo Machado (2014, p. 153):

O Educador Social é, então, um profissional que atua no campo da Educação, e sua intervenção é considerada uma ação pedagógica informal, tendo em vista que ocorre fora da sala de aula, em espaços abertos ou em instituições não escolares. Sua ação atinge um grupo de pessoas e comunidades em situação de risco e vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica.

A importância desse profissional atuando em casa de acolhimento vai para além da relação de somente afetividade e cuidado, afinal é um profissional que atua no campo da educação, na preparação para a formação de indivíduos que serão postos na sociedade e devem corresponder a essa sociedade de forma a respeitar o outro, saberem seus direitos e deveres e não infratores e geradores de desrespeito para com o mais próximo e o mais distante. A C3 nos traz na entrevista que *então eu acho que deixa muito a desejar essa parte, porque o tempo que nós não temos, todos nós somos educadores né aqui na casa, por isso nós temos tanta dificuldade com os educadores sociais aqui na casa às dificuldades são imensas sabe, porque*

as vezes o próprio educador social não se porta adequadamente, então como é que o acolhido vai se portar? Infelizmente. E isso são coisas que são desafios.

A fala da entrevistada demonstra esse despreparo do profissional educador/cuidador que reflete de como será formado no indivíduo institucionalizado. As ações comportamentais do profissional dirão muito mais do que qualquer conselho que possa sair dos lábios do educador social para a criança ou adolescente. Ações essas, que em muitos casos nem o próprio educador social acredita na transformação da educação prestada ao sujeito institucionalizado.

Para isso é necessário que o educador/cuidador conheça sua identidade profissional como educador social e reflita sobre sua atuação. Compreendendo de forma clara que a educação deve estar sempre aberta para o novo no espaço não formal, e que o sujeito é um ser inacabado. Tendo sempre o cuidado de trabalhar sem julgar, não adentrando nas relações de poder e submissão quanto ao julgamento para que haja bons resultados no processo educativo do indivíduo institucionalizado. É necessário que nesta preparação e formação do educador/cuidador ele saiba, ou seja, tenha intencionalidade, de garantir ao indivíduo institucionalizado pertencimento, grupalidade e acolhimento.

A fala da coordenadora C3 reflete essa insatisfação no despreparo do profissional que atua nas casas de acolhimento quando diz que *às vezes a gente planeja, "vamos fazer isso, isso e isso" bem planejado e organizado, passa para as pessoas porque não depende só de mim, passa para as pessoas aí isso é feito um dia, só, depois é esquecido, então acredito que a preparação tem que existir também dos educadores, também para os educadores, não só para os acolhidos.*

Então, por mais que se exija dos acolhidos boa reflexão, bom “comportamento”, é necessário que isso parta inicialmente daqueles que lhe dão com eles. O trabalho somente de um bom coordenador de casa de acolhida, jamais dará conta de um grupo de aproximadamente vinte crianças e adolescentes, se não houver uma equipe engajada no processo educativo, sabendo exatamente o que está fazendo ali.

4.2.3 Desenvolvimento de estratégias de planejamento educacional na Instituição de Acolhimento

Nesta categoria foram agrupadas as questões de como a educação é pensada na rotina diária da instituição; quais atividades são desenvolvidas; e como é pensado as estratégias de planejamento educacional.

De acordo com (C1), *o processo educativo como assim? [...] ha sim, procuramos estar junto com a escola, está junto com os professores principalmente, dessa parte técnica da escola, e pedir para que eles fiquem mais próximos a elas, porque infelizmente é um caso atípico, nós procuramos estar junto com a escola sempre se informando de alguma coisa que possa melhorar a situação, porque a ajuda que recebemos da pedagogia é muito pouca e principalmente quando as acolhidas tem uma idade alta para a série pequena.*

O direito a educação da criança e do adolescente, no processo de construção da vida do indivíduo, requer que aqueles envolvidos neste processo possam promover a cidadania. A C1 nos apresenta uma dificuldade de compreensão da pergunta, por não fazer parte da rotina diária da instituição o ato de pensar como está sendo construídos esses processos educativos. Como se esse desenvolvimento educacional fosse somente responsabilidade da escola, vemos uma falta de compreensão clara quanto a Pedagogia Social, pois o ato pedagógico se dá em todos os espaços, sejam eles de forma positiva para a promoção da cidadania, sejam eles de forma negativa trazendo degradação ao indivíduo.

Observamos em sua fala que a quantidade exorbitante de atividades desenvolvidas pela coordenadora, as torna impossibilitada de pensar melhor essa ação. Por isso, a mesma encerra dizendo que necessita de mais apoio das instituições superiores de ensino, pois o auxílio das mediadoras do curso de Pedagogia é mínimo diante da demanda. Quando na verdade é necessário sim, a presença de um profissional no quadro técnico, para o melhor desenvolvimento da parte pedagógica da instituição.

Continuando o questionamento de como é pensado o processo educativo na rotina diária, (C2) disse que *a gente estabelece questões de horários e de estudo em períodos diferentes para quem estuda pela manhã são duas horas de estudo à tarde e quem estuda à tarde estuda pela manhã é mais nesse sentido uma questão*

de um apoio de educador social nas tarefas escolares nos trabalhos e orientação de ajuda mesmo e apoio essas questões voltadas mais ou menos para isso.

Enquanto isso, ao ser questionada, (C3) assim disse: bem, eu costumo dizer que a educação ela é primordial, a educação em todos os sentidos, porque educação se refere ao conhecimento e ao comportamento, que eu acho que uma coisa está inserida na outra na minha concepção, tem pessoas que pensam diferente, mas eu sempre achei que uma coisa estava inserida na outra porque a medida que se aprende, a medida que você visualiza a situação, por exemplo tem uns questionamentos que são feitos porque a criança e o adolescente não tem conhecimento daquilo ali, as vezes eles chegam pra mim assim "oh tia! a resposta de tal coisa é essa, mas a senhora tinha uma segunda resposta para dar pra a gente?" aí eu vou ter que me virar nos trinta para poder dar essa resposta pra atender aos questionamentos deles e quando eu falo em relação ao comportamento, porque também se faz necessário para poder ter disciplina, ele adquirir mais conhecimento, ele saber como se portar nas situações, porque uma hora eles vão sair daqui e eles vão precisar ingressar no mercado de trabalho, eles precisam ter as duas educações, vamos dizer assim, tanto o conhecimento quanto a comportamental, eles precisam de tudo, de tudo isso então eu acho fundamental.

O C2 relata as questões de horário de estudos como se fossem suficientes, e os mediadores educacionais são os educadores sociais, ato totalmente compreensível pela função. Apesar de que, se esse profissional não corresponder de forma qualitativa neste processo de mediação pedagógica será em vão esse horário "dito" reservado para estudos. O C3 fugiu da pergunta em questão, não deixando claro de como esse processo acontece dentro da instituição.

Quando perguntamos sobre os principais desafios, essas foram as respostas que tivemos de nossos entrevistados:

Principais desafios ... são de acompanhamento né para a serie e idade que elas têm, como também achar pessoas que nos ajude a fazer isso. A colocar elas dentro do mercado de trabalho quando chegar a idade... mas infelizmente a dificuldade é grande porque não temos pessoas para dar esse suporte pra gente (C1).

Os principais desafios educativos hoje é a questão da idade serie, distorção idade-série muito chegam a maioria na verdade chegam a gente com essa

problemática de distorção de idade série 16 15 14 anos da quarta série, na terceira série do Ensino Fundamental I, muita dificuldade de escrever questões de escrita questões de leitura, muitas só sabem escrever o nome. Aprendeu o básico, então hoje o maior desafio, acredito eu que seja só questão de distorção de idade série (C2).

O desafio maior que eu encontro é exatamente esse, é não ter o profissional, como por exemplo, se tivesse na casa um profissional de pedagogia certo? então, chegaram os mediadores, estaria nas mãos da pedagoga, ela ia ter esse contato direto com essa pedagoga, ela ia fazer essa mediação, de determinado problema, de determinada menina ela não viria pra mim, ela iria pra essa pessoa entendeu? por isso que eu sempre defendi desde que eu entrei no acolhimento, eu defendo isso sabe? a permanência de um educador no quadro de um profissional de pedagogia no quadro sabe? mas infelizmente, não fui atendida ainda (C3).

Principais desafios educativos enfrentados é a baixa escolarização né que os meninos eles tem quando chega na casa, ele apresenta um déficit do educacional muito grande então são meninos que já estão na adolescência, no caso tem uns de 12 13 14 anos que estão ainda no segundo ano do ensino fundamental e outros que estão no quarto ano já com 14 anos então assim é um Desafio muito grande trabalhar com a baixa escolaridade né dos meninos e para isso a gente tá trabalhando né para que eles venham progredir e tenham um desenvolvimento educacional que eles venham fazer uma prova de nivelamento agora nesse final de ano para que eles venham passar para a idade certa né de referente a idade escolar deles né, no caso do menino de 12 anos pelo menos fazer uma prova de nivelamento para ele ficar no quinto ano né então é isso que está sendo feito (C4).

Os coordenadores C1, C2 e C4 encontram diretamente como maior desafio é a distorção idade ano. O que exige muito mais do educador social, com estratégias metodológicas de como enfrentar este grave problema. Retomamos a discussão da necessidade de um profissional com formação para o melhor desenvolvimento desta problemática. A C3 vai direto ao ponto quanto à necessidade de ter um profissional de Pedagogia no quadro técnico da instituição.

O C2 traz uma discussão bastante pertinente neste campo de atuação dizendo que *no aspecto das escolas temos a rotulação de muitas escolas ao saberem que são abrigadas elas rotulam, então elas meio que prejudgam as*

meninas, apontam tem uma outra visão, não querem muito aproximação, acabam agindo de forma não ética e espalhando essa situação e as meninas se sentem um pouco constrangida a gente já teve vários casos com relação a isso.

Infelizmente o que ainda existe é falta de informação do público em geral, quanto às crianças e adolescentes residentes em casa de acolhimento. Porque essa rotulação é de “casa de acolhimento”, prejudica o desenvolvimento da autoestima desses indivíduos institucionalizados. A grande maioria da população confunde achando que eles estão em medida sócioeducativa, ou que são pequenos infratores, o que aprofunda ainda mais as problemáticas existentes.

A escola formal precisa passar também pela formação de conhecimento quanto a esse campo complexo. Para o desenvolvimento da construção ética de como lidar com essa situação, de forma que a escola não seja também formadora de exclusão, ao invés de promover a inclusão. O(a) Pedagogo(a) deve desenvolver esse papel, de mediador entre a instituição de acolhimento e a escola, com a coordenação pedagógica e a direção escolar, e quando necessária reunião com os professores, para a promoção geral da compreensão do que é ser um abrigado em acolhimento institucional.

Quando perguntamos sobre como é pensada as estratégias de planejamento da instituição (C1) nos disse que *a atividade que a gente costuma fazer é reforço, e rodas de conversas, dá palestras, assuntos que elas queiram conversar, é justamente nas rodas de conversas, é o que a gente pode oferecer e muita leitura, que a gente tem essas estantes cheias de livros que algumas gostam de pegar e ficar lendo, as que não leem ficam vendo as gravuras, é o melhor que a gente pode fazer infelizmente.*

A C1 não compreendeu que ela é a responsável pela coordenação da instituição, não deixando de lembrar como ela falou anteriormente, que o marido dela é o educador social da instituição. O que em nada isenta a responsabilidade de planejamento educativo, apesar de que como ela relata acerca dos livros existentes na instituição, não dá por si só a compreensão e interpretação dos textos sem a mediação necessária para tal aprendizagem. Apesar de que ela reconhece que é o que pode oferecer.

Entretanto, (C2) explicou que *planejamento em si em relação a educação a gente não tem, existe um projeto político ético da casa, onde são estabelecidos os*

critérios relacionados a todos os que no sentido educacional, social. Como a casa é muito dinâmica, a gente não tem nada pré-estabelecido né, vai de acordo com a dinâmica da casa, então assim planejamento em si, não existe, a gente tenta trabalhar na forma de garantia de direitos, deixar elas efetivar aquilo que é de direito delas que é que está estabelecidos no ECA, matricular elas no ensino regular, cursos profissionalizantes, orientações nesse sentido educacional, profissional, essas questões.

E (C3) assim disse: A gente faz reuniões, a gente coloca tudo no papel vamos fazer assim e assim, claro, compartilhando as ideias a gente tem um diálogo muito bom, eu junto com a equipe técnica que me acompanha e também com os educadores, mas assim nem sempre o que tem no papel segue pra vida entendeu?

A C2 diz que planejamento não há, e justifica sua resposta pela instituição ser muito dinâmica, ou seja, ter uma rotatividade muito grande, só que com essa afirmativa nós deixamos de pensar naquelas em que estão institucionalizadas há anos, e que só sairão da casa na maior idade. Severo (2017, p. 2127) nos esclarece que "a Pedagogia Social tem se ocupado da reflexão de temas concernentes aos processos de socialização humana ocorridos em âmbitos sociais por intermédio de ferramentas de educação não-formal". O que nos faz refletir de como esse processo educativo no âmbito da educação não-formal ela é pensada, qual a objetividade, qual a intencionalidade, qual resultado espera obter com essa ação, para a construção dos processos de socialização humana.

Sobre a fala de (C3) Bem, nós não temos muito a oferecer para eles infelizmente sabe? quer dizer, até temos, o que nós não temos é oportunidade na verdade, como eu disse pra você antes, eu sou profissional da área de pedagogia com especialização em psicopedagogia, mas eu não posso atuar na casa, eu não posso ir além de não ter tempo às vezes, mas eu gostaria de poder estar muito mais perto quando esses meninos chegam pra gente, chegam totalmente feita personalidade caráter tudo, a gente tem que ir mudando tudo, mudando tudo porque se a gente não conseguir assimilar isso de uma forma positiva, que a gente vai poder ajudar se quiser terminar nos caminhos para poder melhorar a qualidade do ser humano, pode-se perceber que mesmo tendo o curso de Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia, a mesma não dá conta da demanda que a instituição necessita. Ser coordenador de uma casa de acolhimento requer que

corresponda em muitas áreas. Essa coordenadora é a mesma que em citações anteriores, diz que a solicitação dela é constante no município para integralização de um profissional Pedagogo atuando na instituição.

A realidade vivenciada pelas casas de acolhimento institucional tem suas peculiaridades, por serem casos e situações tão complexas. É bem verdade que as casas de acolhimento se encontram, em muitos casos, é de esquecimento. Mantê-los com dignidade é um desafio ao Estado, dando a essa sociedade como diz Lira (2017) a “sociedade dos excluídos acolhidos” um reconhecimento humanitário, como pessoas que estão neste mundo porque existe propósito para a sua existência, vivendo com dignidade, conhecendo seus direitos, como também exercendo seus deveres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a quantidade de material disponível para trazer a lume essa discussão ainda é insuficiente. Levando em consideração as probabilidades possíveis de atuação do profissional pedagogo, reiteramos a necessidade de produção científica que fundamente essa discussão.

Afinal, o(a) pedagogo(a) é aquele(a) que estuda, conhece e se ocupa da educação, tendo como papel central organizar e sistematizar os conhecimentos advindos do processo de ensino e aprendizagem, processo esse que ocorre em vários espaços sejam eles escolares e não escolares. A partir disso, esse profissional terá a responsabilidade de acompanhar todas as questões educacionais, visando direcionar e qualificar esse processo.

Para isso reinteramos a necessidade existente de um profissional pedagogo (a) participando da equipe técnica nas instituições de acolhimento, pois quando o profissional, seja ele coordenador ou educador social, perde o sentido para a execução de ações com objetividade, trará problemas na vida dos indivíduos institucionalizados a curto, médio e longo prazo. Claro que para isso um profissional com formação na área, o mesmo trará maior contribuição para o desenvolvimento do indivíduo, no processo de ensinar, educar e formar para a cidadania.

A experiência vivenciada nas entrevistas com os coordenadores das casas de acolhimento foi esclarecedora e instigadora para dar continuidade a essa pesquisa em momento posterior. Como também as ações que foram feitas durante a intervenção do projeto, oportunizadas pelo PET, “Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas” com os adolescentes residentes em casas de acolhimento tem sido ímpar. O mesmo tem sido de suma importância na minha formação, para um olhar de atuação do (a) pedagogo (a) que vai para além das paredes da escola.

Poder partilhar do pouco conhecimento que temos, e muito mais poder aprender com eles (as). Um formato diferenciado de viver a vida, não por escolha deles (as), mas por imposição da dura vida apresentada às (aos) mesmas (os).

Conhecer a casa de acolhimento foi um divisor de águas, saber que há um público esquecido pela sociedade que necessita da nossa atenção e que precisa de visibilidade por parte dos institutos sociais deve nortear outras demandas acadêmicas e a continuidade deste projeto de pesquisa.

Discutir a categoria de atuação do educador social nos fez perceber que não é somente de afetividade e cuidado que esses indivíduos institucionalizados precisam, mas da importância de ter um profissional do campo da educação nesses espaços, na preparação para a formação de indivíduos que devem corresponder a essa sociedade de forma a respeitar o outro, como também conhecerem seus direitos e deveres.

Assim, podemos observar e trazer para a vida profissional uma melhor compreensão do modo de aprendizado deste público e de todos que tem a mesma dificuldade de aprendizagem que as mesmas. É necessário incluir pedagogos(as) em sua gama de profissionais nas casas de acolhimento, que lidam com crianças e adolescentes, para auxiliá-los pedagogicamente em suas dificuldades educacionais. Mesmo retirados do local de vulnerabilidade, isso não os garante o nome que leva essas casas “casas de acolhimento” porque mesmo acolhidos os mesmos continuam a experimentar a exclusão em todos os âmbitos da sociedade.

É preciso repensar o modelo de cuidado institucional na interface com a educação. É preciso permitir-se ser afetado através da humanização e afetar o outro com sua influência, acreditar que é possível à transformação através da educação. É preciso profissionais qualificados para estarem nestes locais, tão vulneráveis de amor e afeto, compaixão e cuidado, respeito e compreensão da cidadania.

Refletir sobre as casas de acolhimento institucional é um desafio, pois se trata de um espaço pouco explorado nos cursos de Pedagogia. Apesar de ter uma proposta de acolhimento institucionalizado, existem inúmeros desafios em seu interior. Trazer reflexões acerca da exclusão existente nas casas de acolhimento é um desafio a todos nós. Que nos faz pensar o porquê de estudarmos o que estudamos, e qual modelo de profissional que queremos ser na atuação como profissional da área, seja no campo escolar, como no campo não-escolar.

REFERÊNCIAS

ABREU, S. E. D.. A criança em acolhimento institucional e o direito humano à educação infantil: sob as teias do abandono. 2010. 253 f. **Tese**. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70; LDA, 2009.

BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescentes**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social**. NOB-RH Anotada e Comentada – Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Reimpressão, 2014.

_____. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia. Resolução nº1 de 15 de maio de 2006. Brasília: MEC, 2006.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2006.

_____. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília: CONANDA, 2012.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília: CONANDA, 2006.

_____. Capacita Suas Volume 1 (2008) **SUAS**: Configurando os Eixos de Mudança / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasília: MDS, 2008, 136 p. ISBN: 978-85-60700-06-6.

_____. **Constituição Federal**. Art. 64 Ementa Constitucional nº 67 de 04/02/2010.

CAPELATO, I. R. **Educação com afetividade**. Coleção jovem voluntário, escola solidária. Fundação educar Dpaschoal. Disponível em: <http://www.voluntariado.org.br/sms/files/col_faca_parte_11.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CORRÊA, L. S. Serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na Região Metropolitana de Belém: os ambientes, os acolhidos e os educadores. 2016. 225 f. **Tese** (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 11 set. 2017.

ESTEVÃO, G. K. S. Diálogo Escola e Casa de Acolhimento: Uma experiência do Probex// UFPB. Trabalho de Conclusão de Curso. **Monografia**, 2018.

FARAGO, C. C.; FOFONCA, E.. A Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações. **Revista Linguagem**. ISSN: 1983-6988, UFSC.

FERREIRA, F. C. **Mediação pedagógica no acolhimento institucional e as práticas socioeducativas com crianças e adolescentes nas relações de conflitos**. São Leopoldo: Universidade Vale dos Sinos, 2014.

FRANCO, M. A. S. F. Pesquisa ação-pedagógica: práticas de empoderamento e participação. **ETD – Educ. Temat. Digit.** Campinas, SP v.18 n.2 p. 511-530 abr./jun. 2016 ISSN 1676-2592.

FRANÇA, C. A. P. R. Educação moral ou moralização? Um estudo sobre o discurso e a prática de educadores em instituições de acolhimento. **Tese** (Doutorado) 292 f. – UNESP, Marília- SP, 2018.

FURTADO, Q. V. F. **Jovens na educação de jovens e adultos**: produção do fracasso e táticas de resistência no cotidiano escolar. João Pessoa: Ed. CCTA UFPB, 2015.

G1 PB. PB tem 116 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. **Reportagem 18/05/2016**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/05/pb-tem-116-denuncias-de-violencia-sexual-contra-crianca-e-adolescente.html>> Acesso em: 21 jul. 2017.

G1 PB. Paraíba registra mais de 130 casos de estupro de vulnerável em 2015. **Reportagem 13/03/16**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/03/paraiba-registra-mais-de-130-casos-de-estupro-de-vulneravel-em-2015.html>> Acesso em: 11 set. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GENTILLI, P. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. Scielo, 2009. Disponível em: www.scielo.br/?lng=pt. Acesso em: 23 nov. 2017.

IZAR, J. G. A Práxis pedagógica em abrigos. 2011, 134 p. **Dissertação** (mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012.

LEAL, N. S. B. **Sujeitos de direitos ou sujeitos de tutela?** Memórias de jovens egressos sobre o acolhimento institucional em João Pessoa (2010-2015). Editora UFPB, 154p. 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos**: inquietações e buscas. Curitiba, Editora da UFPR, Educar, n. 17, p. 153-176. 2001.

LIRA, D. O. S; FRANÇA, M. H. O. **Afetividade e profissionalização na prática docente**: Uma combinação possível? Disponível em: www.ccae.ufpb.br/gepeees/index.php/19-gepeees/news/155-v-secampo-2016 . Acesso em: 23 nov. 2017..

LIRA, D. O. S. **A sociedade dos excluídos e o desafio de superação da exclusão em casas de acolhimento**. Publicado no IV CONEDU. Campina Grande: Editora Realize, 2017.

LIRA, P. P. B. Cuidado, educação e vínculo na perspectiva de educadores de creches e instituições de acolhimento. 220f, **Tese** (Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

MACHADO, E. R. O desenvolvimento da Pedagogia Social sob a perspectiva comparada: o estágio atual no Brasil e Espanha. 2014. **Tese**. (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2014.

MACHADO, R. S. Pedagogia, Pedagogia social e educação social no Brasil: entrecruzamentos, tensões e possibilidades. **Interfaces Científicas** – Educação, Aracaju, V.3, N.1, p. 11 – 20, Out. 2014.

MEYER, J. F. Famílias e suas ações pedagógicas de acolhimento: a trajetória dos meninos em fase de desligamento da Associação Santo-Angelense Lar do Menino rumo a suas famílias. **Dissertação**, Universidade Vale dos Sinos, São Leopoldo, 113p. 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

NASCIMENTO, I. S. O pedagogo-orientador educacional no acolhimento e acompanhamento de adolescentes em medida socioeducativa. 2017. xv, 108 f., il.

Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PEREIRA, P. R. A atuação do pedagogo em abrigos do município de Vitória/ES. **Dissertação** (Mestrado) 125 F, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

RAPOPORT, A; DA SILVA, S. B. Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social. **Revista Educação em Rede: Formação e Prática Docente** - ISSN 2316-8919, v. 2, n. 2, abr. 2013.

RIBEIRO, S. R. T. Percepção da pressão de pares na tomada de decisão dos adolescentes. **Dissertação**. (Mestrado em Psicologia, Universidade de Lisboa; 111p., 2011.

SACRISTAN, J. G. (Org). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEDES. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes de João Pessoa**. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/sedes/servico-de-acolhimento-para-criancas-e-adolescentes/>> Acesso em: 23 out. 2018.

SEGUI, F. A. C. Sentidos do vínculo afetivo para educadores de instituições de acolhimento: um estudo de caso. 2012. 101 f. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SERIKAWA, Fernanda Mendes. A inclusão/exclusão escolar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. 2015. 97 f., il. **Dissertação** (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SEVERO, L. R. de L. Sobre pedagogia e pedagogos em espaços não escolares: apontamentos desde uma síntese de investigação empírica. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 978-995, jul./set. 2017.

_____. O Horizonte da pedagogia social: uma perspectiva de aproximação conceitual. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.12, n.4, p. 2122-2137, out./dez. 2017.

SPOSATI, Aldaíza de O. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. *In: Revista Serviço Social e Sociedade* nº 87, São Paulo: Cortez, 2006.

ZUCCHETI, D. T. BERGAMASCHI, M. A. Construções Sociais da Infância e da Juventude. **Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel**; Pelotas: 213 - 234, janeiro/junho 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1801/1681> Acesso em: 23 out. 2018.

APÊNDICE

Questionário de entrevista em áudio semiestruturado com as(os) coordenadoras(es) das instituições de acolhimento:

1 Coletar dados sobre idade, sexo, formação (inicial e continuada), atuação e tempo de serviço do(a) respondente. Coletar dados sobre o público de usuários (as) da instituição e histórico das mesmas.

3 Vocês têm experiências de atuação de pedagogos(as) ou estudantes de Pedagogia nessa instituição? Se sim, quais experiências? Como você as avalia? Que contribuições e/ou desafios trouxeram?

4 Para você, qual seria o papel de um(a) pedagogo(a) nessa instituição?

5 Como a educação é pensada na rotina diária dessa instituição? Que atividades vocês costumam fazer?

6 Que estratégias de planejamento vocês desenvolvem?

7 Qual o papel do educador social na instituição?

8 Quais os principais desafios educativos enfrentados aqui?

9 Há alguma questão que não foi feita e você gostaria de acrescentar?

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL – PET
PROTAGONISMO JUVENIL EM PERIFERIAS URBANAS
LETRAMENTO E ESCOLARIZAÇÃO A PARTIR DE HISTÓRIAS INDIVIDUAIS
PARA AUTONOMIA - LEHIA
TUTORA: QUEZIA VILA FLOR FURTADO

**PROJETO DE AÇÃO JUNTO A ADOLESCENTES EM CASAS DE ACOLHIMENTO
EM JOÃO PESSOA “Orientação para a vida”**

Mediadora: Dione Oliveira de Souza Lira

João Pessoa,
2018

SUMÁRIO

1- Introdução	03
2- Justificativa	03
3- Objetivos	04
4- Referencial	04
teórico		
5- Metodologia	06
6- Cronograma	07
7- Proposta de	07
atividade	08
Referências	10
Termo de parceria		

1 Introdução

O presente projeto tem como objetivo possibilitar reflexões aos adolescentes relacionadas à autonomia e práticas de como lidar com os conflitos da vida, de forma a contribuir na superação das situações de fracasso aos jovens que estão na fase de preparação para a saída das casas de acolhimento.

O projeto de intervenção “Orientação para a vida” surgiu a partir das experiências no PET/Conexões de Saberes Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, quando no ano de 2017 em uma casa de acolhimento de João Pessoa, já exercíamos a função de mediadora educacional e acompanhávamos duas adolescentes com distorção idade/ano na escola, com visitas realizadas semanalmente no tempo de duas horas para cada uma, tempo este, considerado insuficiente para atender as demandas de suas dificuldades de aprendizagem. Além de observar e ver outras adolescentes prestes a sair da casa de acolhimento, foi possível observar seus conflitos e dificuldades.

Os adolescentes em casas de acolhimento vivem um ambiente de insegurança emocional, ao serem separados da família, mudar rotina e conviver com pessoas desconhecidas, gera um ambiente de fragilidades e de desmotivação, além de inibi-los ao sentimento de força, alegria e desejos de superação das situações de vulnerabilidade social que vivenciam.

Pretende-se com as ações propostas, possibilitar reflexões sobre práticas de como lidar com os conflitos, de forma a contribuir para uma mudança nas situações de fracasso para a fase fora da casa de acolhimento, quando estarão sem a responsabilidade dos coordenadores e educadores que os acompanham nas Casas.

2 Justificativa:

O projeto de intervenção “Orientação para a vida” surgiu a partir das experiências no PET/Conexões de Saberes Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas, quando no ano de 2017 em uma casa de acolhimento de João Pessoa, já exercíamos a função de mediadora educacional e acompanhávamos duas adolescentes com distorção idade/ano na escola, com visitas realizadas semanalmente no tempo de duas horas para cada uma, tempo este, considerado

insuficiente para atender as demandas de suas dificuldades de aprendizagem. Além de observar e ver outras adolescentes prestes a sair da casa de acolhimento, foi possível observar seus conflitos e dificuldades.

Esta realidade se agrava, ao verificar que estes adolescentes ao completarem a maior idade (18 anos), são direcionados a sair das Casas, agora pela sua própria responsabilidade. O adolescente ao sentir-se prestes a tomar conta de sua própria vida, agora por sua conta e risco, apresenta reações de insegurança e medo. E quando saem das casas de acolhimento sentem dificuldades para administrar um lar, o trabalho, o desânimo, a solidão e muitas vezes retornam a vivenciar situações de vulnerabilidade social.

Compreendemos que promover a reflexão e a crítica é um caminho pedagógico para se conseguir fazer conexões e transformar atitudes, contribuindo com a apropriação de sua vida. Ao observar adolescentes que saíram das casas de acolhimento e vivenciaram essas dificuldades, principalmente de responsabilidade com suas próprias ações que dependem a sua qualidade de vida.

3 Objetivos

Objetivo geral

Possibilitar reflexão sobre temas relacionados à qualidade de vida, proporcionando a autonomia aos adolescentes residentes em Casas de Acolhimento.

Objetivos específicos

- Desenvolver um olhar crítico reflexivo quanto seu propósito de vida.
- Fomentar de forma crítica de como lidar com o dinheiro.
- Propor o conhecimento de sua personalidade e como lidar com os sentimentos.
- Preparar para uma entrevista de emprego.

4 Referencial teórico:

Os adolescentes residentes em Casas de acolhimento vivem um ambiente de insegurança no sentido de ser separado da família, mudar rotina e conviver com

pessoas desconhecidas, todos esses conflitos gera um ambiente de fragilidades e de desmotivação.

Quanto a este caso, vimos uma realidade ainda maior no que diz respeito ao modo e a perseverança da crença deles de que toda a tristeza da vida irá continuar a perdurar durante toda a sua existência. Segundo Myers (2006, p 85 e 86) “as evidências são convincentes nossas crenças e expectativas afetam sobremaneira como vamos construir os fatos” e que também “a ciência provou que a experiência acumulada de uma vida encontra-se perfeitamente preservada em nossa mente”. Então, vemos a necessidade de trabalhar o olhar crítico reflexivo quantos aos conflitos que segundo Cole (2009, p.11) “A crise é comum a vida”.

Esta realidade se agrava, ao verificar que estes adolescentes ao completarem a maior idade (18 anos), são direcionados a sair das Casas, pela sua própria responsabilidade. O adolescente institucionalizado ao sentir-se prestes a tomar conta de sua própria vida, apresenta reações de insegurança e medo. E quando saem das casas de acolhimento sentem dificuldades para administrar um lar, o trabalho, o desânimo, a solidão e muitas vezes retornam a vivenciar situações de vulnerabilidade social. O livro de Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (BRASIL, 2009 p 49), diz que é responsabilidade das casas de acolhimento promover o “Fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem e preparação para desligamento do serviço;” Por esta razão, o presente projeto tem a proposta de oportunizar no auxílio às casas de acolhimento para promover a criticidade e o desenvolvimento qualitativo da vida dos indivíduos institucionalizados.

Compreendemos que promover a reflexão e a crítica é um caminho pedagógico para se conseguir fazer conexões e transformar atitudes, contribuindo com a apropriação de sua vida. Para isso é necessário desenvolver “Atividades psicossociais (com as crianças e adolescentes, visando trabalhar questões pedagógicas complementares, auto-estima, resiliência, autonomia; com as famílias de origem, visando a preservação e fortalecimento de vínculos e reintegração familiar);” (BRASIL, 2009 p 49). Por esta razão, nós como universidade pública compromissada com a extensão das ciências humanas para a sociedade, diante destes desafios apresentados nos sentimos motivados a contribuir para a melhoria no auxílio às instituições de acolhimento.

Até porque os adolescentes institucionalizados enfrentam desafios ao adentrarem as casas de acolhimento, como separação da família e etc... Vivenciam dificuldades durante todo o processo de estadia nas Casas de acolhimento, alguns por questões relacionais, solidão e muitos outros sentimentos, e como se não bastasse ainda enfrentarão ao saírem das casas como nos apresenta Santos (pág. 12):

A legislação contemplou a perspectiva do desenvolvimento da criança e do adolescente, mas a sociedade ainda está carregada de estigmas e preconceitos referentes aos sujeitos considerados “abrigados” e ainda não legitima essa prática tida como inovadora e humanizada. Nesse sentido, as instituições de acolhimento ainda são um grande desafio.

Por essas questões, é preciso pensar formas de ajudar esses adolescentes que logo, logo sairão das casas e enfrentarão todos esses desafios, o que algumas vezes se não for bem trabalhado no adolescente pode ser sim uma fragilidade no processo de amadurecimento para o caminho de uma vida com propósito e sentido para que ele não seja mais um em vulnerabilidade social. Segundo Rapoport (2013, p 3):

Entende-se que a educação pode contribuir vastamente para a conquista de uma melhor condição social. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais a educação está definida como princípio indispensável ao exercício da cidadania (SOARES, 2002), de modo que sem a educação, dificilmente essa população vulnerável conseguirá formar pessoas que exerçam seu papel de cidadãos, capazes de se manifestar em prol de seus direitos.

Desta forma, acreditamos que a educação é um meio pedagógico de possibilitar a transformação da vida do indivíduo e torná-lo participante da sociedade e crítico dos acontecimentos dela existentes. Formar cidadãos empoderados de seus direitos e cumpridores de seus deveres para uma melhor vida em sociedade.

7 Proposta de trabalho relativo aos objetivos com temas propostos.

Encontros (3 horas)	Tema	Proposta de atividades	Recursos necessários	Justificativa
1º	Educação financeira: dinheiro e consumo.	Análise de filmes e comerciais; Realização de planilha financeira; Planejamento de gastos.	Filme; Planilha personalizada e encadernada; dinheiro de papel.	Diante dos desafios da vida fomentar neles de como lidar com o dinheiro e o consumo.
2º	Propósito de Vida.	Construção da casa dos sonhos. Projeção de metas a curto, médio e longo prazo; Preparar almoço com quantidades e valores gastos.	Massa de modelar; Material do almoço e cozinha; madeira em MDF.	Desenvolver no adolescente um olhar crítico reflexivo quanto seu propósito de vida.
3º	Conhecer a si mesmo, Talentos e habilidades	Apresentar vídeos com os tipos de temperamentos; reflexões individuais sobre talentos e habilidades; representação gráfica sobre os valores de cada participante.	Computador; Papel ofício	Propor o conhecimento de si mesmo e de sua personalidade para que saiba como lidar com os sentimentos.
4º	Entrevista de emprego	Proporcionar um debate de como apresentar-se em uma entrevista; Apresentar sites de Jovem aprendiz; Construção de currículo profissional.	Papel ofício (todos)	Estar preparado para uma entrevista.
5º	Avaliação do projeto de intervenção	Discutir sobre as ações; preenchimento do questionário avaliativo; entrega de certificados; Feira de compras;	Papel ofício; Material adquirido para o bazar;	Refletir quanto às ações realizadas

8 Referências

VIGEVANI, D. **Fazendo minha história**. Disponível em: <http://www.fazendohistoria.org.br/fazendo-minha-historia/> Acesso em: 15 mar.2018.

BRASIL, MDS. **Orientações técnicas**: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, 2009. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/574eed20f8baf>

3110fc8ac35/1464790329922/Orienta%C3%A7%C3%B5es+T%C3%A9cnicas+Servi%C3%A7os+de+Acolhimento.pdf. Acesso em: 03 mar. 2018.

COLE, E. L. **Vencedores não são aqueles que nunca falham, mas os que nunca desistem.** Pompéia: Editora Universidade da Família, 2009.

MYERS, D. Crenças e julgamentos sociais. *In*: _____. **Psicologia Social.** 2006. cap. 3, p. 81 - 106.

RAPOPORT, A; DA SILVA, S. B. Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social. **Revista Educação em Rede: Formação e Prática Docente** - ISSN 2316-8919, [S.l.], v. 2, n. 2, abr. 2013. ISSN 2316-8919. Disponível em: <<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/article/view/410>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

SANTOS, A. M. A. **Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes: mudanças na história brasileira.** III Simpósio mineiro de Assistentes Sociais, BH. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/ACOLHIMENTO%20INSTITUCIONAL%20DE%20CRIAN%20C%87AS%20E%20ADOLESCENTES%20MUDAN%20C%87AS%20NA%20HIST%20C%93RIA%20BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2017.

TERMO DE PARCERIACarta de intenção em participar do projeto “**Orientação para a vida**”

Nome: _____

Data de nascimento ___/___/___

Nome da instituição que mora: _____

Quem é você?

Estuda? _____

Se sim, em que ano está matriculado? _____

Você trabalha? _____

Se sim, qual o nome da empresa? _____

Em qual área? _____

Como é sua rotina durante a semana? E aos sábados?

Quais são as pessoas mais importantes para você?

Como você se vê daqui a três anos?

Assinatura: _____